



[Handwritten signature in blue ink]



Prestação de contas 2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS NA ÓTICA FINANCEIRA

- ❖ BALANÇO
- ❖ DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
- ❖ DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
- ❖ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ❖ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**BLC - BALANÇO (EM EUROS)**

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente		75 029 634,17	69 691 829,52
Ativos fixos tangíveis	2;5	72 916 845,52	67 629 954,27
Propriedades de investimento	2;8	1 539 367,27	1 584 621,13
Ativos intangíveis	2;3	122 356,76	22 838,59
Participações financeiras	2;18		3 740,98
Clientes, contribuintes e utentes	2;18	3 175,12	
Diferimentos	2;23		2 785,05
Outros ativos financeiros	2;18	447 889,50	447 889,50
Ativo corrente		5 608 577,20	4 219 535,63
Inventários	2;10	45 236 24	48 767,34
Clientes, contribuintes e utentes	2;9;18	115 631,51	248 722,60
Estado e outros entes públicos	2;18		45 575,16
Outras contas a receber	2;18	262 600,61	103 951,13
Diferimentos	2;23	110 695,68	125 038,89
Caixa e depósitos	1;2	5 074 413,16	3 647 480,51
Total Ativo		80 638 211,37	73 911 365,15
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		78 511 899,09	71 868 751,47
Património/Capital	2;23	16 067 419,56	16 067 419,56
Resultados transitados	2;23	4 744 083,54	5 518 151,60
Outras variações no património líquido	2;23	57 715 126,12	51 138 155,71
Resultado líquido do período	2;23	-14 730,13	-854 975,40
Total Património Líquido		78 511 899,09	71 868 751,47
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente		2 126 312,28	2 042 613,68
Fornecedores	2;18	31 313,76	69 944,03
Estado e outros entes públicos	2;18	92 205,69	50 211,03
Outras contas a pagar	2;18	2 002 792,83	1 922 458,62
Total Passivo		2 126 312,28	2 042 613,68
Total Património Líquido e Passivo		80 638 211,37	73 911 365,15

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (EM EUROS)

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	14	1 634 940,82	1 261 359,14
Vendas	13	522 131,11	579 272,77
Prestações de serviços e concessões	13	1 426 472,37	1 520 261,48
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	13 451 033,52	12 476 805,93
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13;18		
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-232 092,42	-195 287,60
Fornecimentos e serviços externos	23	-6 172 049,08	-5 795 446,33
Gastos com pessoal	19	-5 301 238,16	-5 259 184,99
Transferências e subsídios concedidos	23	-3 326 054,15	-2 747 351,05
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-468,98	-1 086,49
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-3 740,98	
Outros rendimentos	13;14;23	3 059 531,43	2 617 145,86
Outros gastos	23	-65 922,73	-122 826,27
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 992 542,75	4 333 662,45
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3;5;8	-5 016 575,85	-5 207 163,99
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-24 033,10	-873 501,54
Juros e rendimentos similares obtidos	13	14 000,00	22 505,55
Juros e gastos similares suportados	23	-4 697,03	-3 979,41
Resultado antes de impostos		-14 730,13	-854 975,40
Resultado líquido do período		-14 730,13	-854 975,40

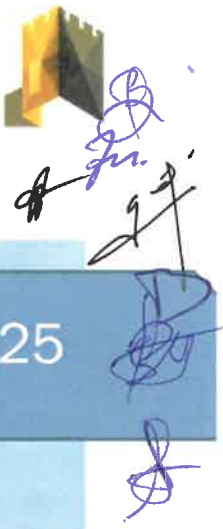
DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (EM EUROS)

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido			
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiro s	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		16 067 419.56					5 518 151.60				51 138 155.71	-854 975.40		71 868 751.47		71 868 751.47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)							-13 193.77				6 587 050.99			6 573 857.22		6 573 857.22
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização																
Excedentes de revalorização e respetivas variações																
Transferências e subsídios de capital	2;23						-13 193.77				6 587 050.99			6 573 857.22		6 573 857.22
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido																
Correção de erros materiais																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												-14 730.13		-14 730.13		-14 730.13
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												-14 730.13		6 559 127.09		6 559 127.09
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)																
Subscrições de capital/património																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
Subscrições de prémios de emissão																
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		16 067 419.56					4 744 083.54				57 715 126.12	-14 730.13		78 511 899.09		78 511 899.09




DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM EUROS)

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	2;18	2 129 481,23	1 697 068,97
Recebimentos de contribuintes	2;18	995 042,90	1 194 268,06
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		13 131 944,68	12 374 345,00
Recebimentos de utentes	2;18	54 227,41	45 370,56
Pagamentos a fornecedores	2;18	-6 000 236,77	-5 391 234,20
Pagamentos ao pessoal	2;18	-5 101 926,38	-5 128 694,90
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 771 427,24	-2 486 379,82
Caixa gerada pelas operações		2 437 105,83	2 304 743,67
Outros recebimentos/pagamentos	2;18	549 171,75	567 107,47
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 986 277,58	2 871 851,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	2;4;5;18	-10 172 656,57	-7 463 594,14
Pagamentos - Ativos intangíveis	2;3;18	-89 053,16	-4 867,03
Pagamentos – Propriedades de Investimento	2;3;18	-1 722,00	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	2;4;5;18	139 813,31	18 002,00
Recebimentos – Ativos intangíveis	2;3;18	138 401,70	
Recebimentos - Propriedades de Investimento	2;8;18	764 620,57	583 848,68
Recebimentos - Transferências de capital	2;18	7 666 147,88	3 413 393,44
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 554 448,27	-3 453 217,05
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento	2;18		
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos	2;18		
Pagamentos - Juros e gastos similares	2;18	-4 896,66	-4 354,96
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-4 896,66	-4 354,96
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 426 932,65	-585 720,87
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 647 480,51	4 233 201,38
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		5 074 413,16	3 647 480,51
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 647 480,51	4 233 201,38
Saldo da gerência anterior (SGA)		3 647 480,51	4 233 201,38
SGA De execução orçamental		2 753 650,85	3 676 278,12
SGA De operações de tesouraria		893 829,66	556 923,26
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		5 074 413,16	3 647 480,51
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		5 074 413,16	3 647 480,51
SGS De execução orçamental		4 125 184,78	2 753 650,85
SGS De operações de tesouraria		949 228,38	893 829,66



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025





[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several initials, some with arrows pointing to specific lines in the table of contents.]

ÍNDICE DO ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 2025

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.....	7
Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	10
Nota 3 - Ativos Intangíveis	19
Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente	21
Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis	21
Nota 6 – Locações	28
Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos.....	29
Nota 8 – Propriedades de Investimento	29
Nota 9 – Imparidade de ativos.....	30
Nota 10 – Inventários	31
Nota 11 – Agricultura.....	32
Nota 12 - Contratos de construção.....	32
Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação	32
Nota 14–Rendimento de transações sem contraprestação	33
Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	34
Nota 16 – Efeito de alterações em taxas de câmbio	36
Nota 17 – Acontecimentos após a data de balanço	36
Nota 18 – Instrumentos Financeiros.....	37
Nota 19 – Benefícios dos empregados	38
Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas.....	39
Nota 21 – Relato por segmentos	39
Nota 22 – Interesses em outras entidades	39
Nota 23 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período	40



Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1– Identificação da Entidade:

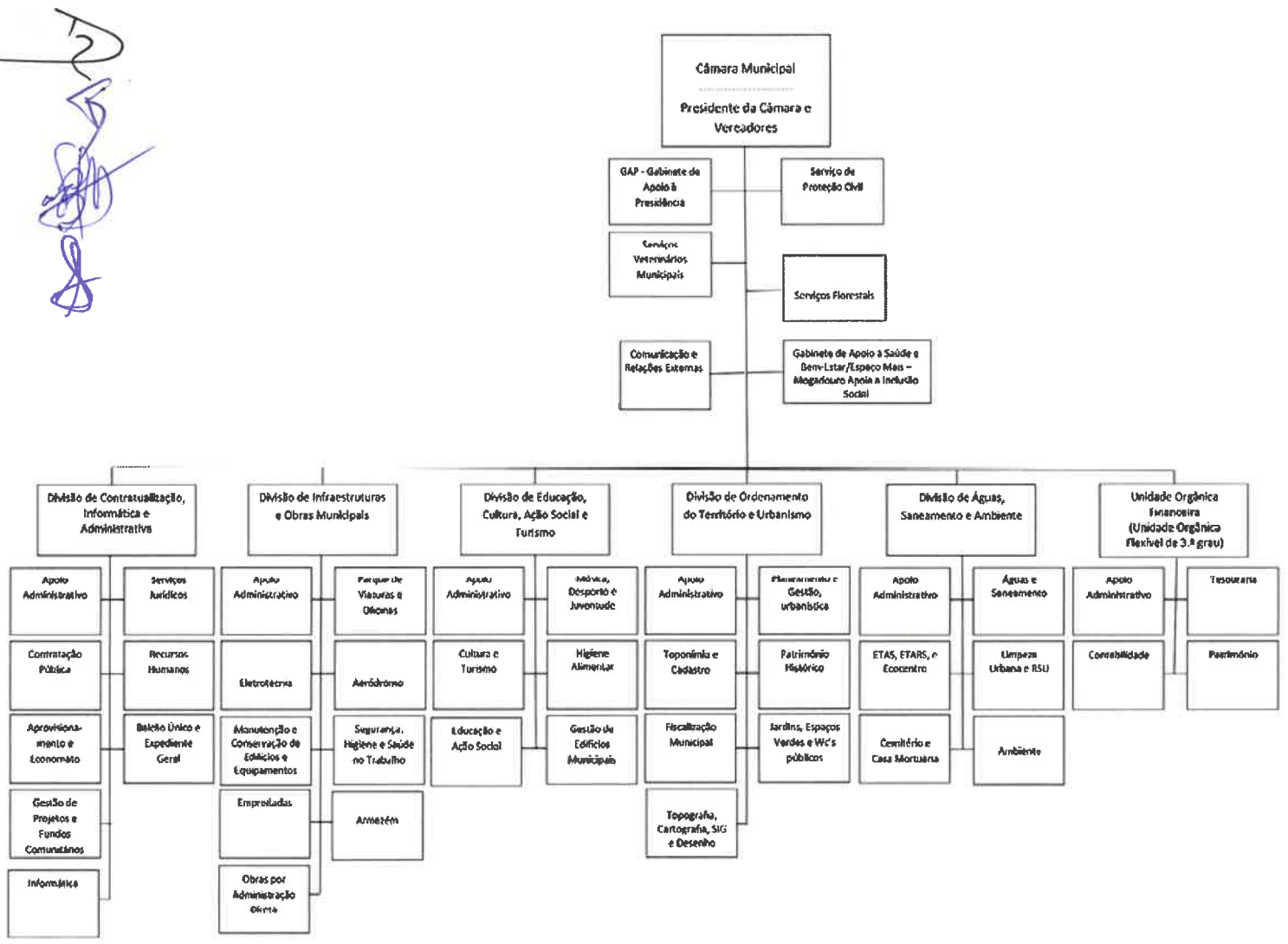
CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO		
Designação - Município de Mogadouro		
NIPC - 506851168		
Natureza - Autarquia Local		
Endereço postal - Largo do Convento, s/n, 5200-244 - Mogadouro		
Telefone - 279340100 / Fax - 279341874		
Endereço de correio eletrónico - geral@mogadouro.pt - presidente@mogadouro.pt		
Sítio na internet - www.mogadouro.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	Não X
Organograma em anexo	Sim	
2. LEGISLAÇÃO		
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013, de 3 setembro e posteriores alterações	
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações	
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)	Sim	Não
Serviços Municipalizados		X
Serviços Intermunicipalizados		X
Entidades Intermunicipais		X
Entidades Associativas Municipais		X
Empresas Locais		X
Empresas Participadas	X	
Laboratório Regional de Trás-os-Montes		Influência dominante
		X
Cooperativas		X
Fundações		X
Entidades de outra natureza		X
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
O Município de Mogadouro, planeia, organiza e executa políticas municipais nas áreas da energia, dos transportes e comunicações, da educação, do equipamento rural e urbano, da cultura, do desporto, da ação social e demais atividades de acordo com as competências municipais.		
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Período 01/01/2025-26/10/2025	Período 27/10/2025-31/12/2025	
António Joaquim Pimentel	António Joaquim Pimentel	
António Francisco Sebastião	Daniel Fernando Ribeiro Salgado	
Márcia Paula Ferreira Barros	Márcia Paula Ferreira Barros	
Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães	Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães	
Evaristo António Neves	José António Freitas	
5.2 NÚMERO DE VEREADORES		
Em regime de permanência	3	
A meio tempo	0	
Restantes vereadores	2	
5.3 NÚMERO DE ELEITORES		
Até 10.000	X	
Mais de 10.000 e menos de 40.000		
Igual ou superior a 40.000		
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
Referencial Contabilístico: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e posteriores alterações.		
Sistema contabilístico: Aplicação SNC- AP (Software da Medidata - Sistemas de Informação para Autarquias)		
7. OUTRA INFORMAÇÃO		

7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora	Autoridade Tributária e Aduaneira (Direção de Finanças de Bragança)	
	Data da ação	22/09/2025, 03/11/2025	
	Período abrangido	2023 e 2024	
	Identificação da ação	Ação inspetiva interna - Controlo do cumprimento das obrigações fiscais em sede de IVA	
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações	12/12/2023	22/12/2023
	Regulamentos		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
		08/04/2025	28/04/2025
	Revisão Orçamental	08/04/2025	28/04/2025
	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)	08/04/2025	28/04/2025
7.4	INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
	Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
7.5	DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	X	
	Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		X
7.6	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	X	
	Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	X	
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL	Sim	Não
	Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa		X
	N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		216
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
		6 dias	5 dias
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA		
	Data da constituição		
	Entidades associadas existentes no fim do exercício		
	Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	
	Concessionário: EDP Distribuição Energia S.A.		
	Objeto da concessão: contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Mogadouro		
	Data de celebração do contrato: 19/09/2001 /protocolo entre ANMP e EDP: 13/09/2016		
	Período da concessão: 20 anos		
	Natureza da concessão: Contrato de concessão de serviço público - energia		
7.11	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
			X

[Handwritten signatures and initials]

Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mogadouro e respetivo organograma
(Regulamento n.º 370/2024 do Diário da República, 2.ª série — N.º 64 — 01 de janeiro de 2024)



Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Designação	Débito	Crédito	Saldo Devedor (€)
Caixa	29.156.818,06	29.155.177,43	1.640,63
Depósitos à ordem	35.431.324,34	31.208.440,76	4.222.883,58
Depósitos à ordem no Tesouro			
Depósitos bancários à Ordem	35.431.324,34	31.208.440,76	4.222.883,58
Depósitos a prazo			
Depósitos consignados	4.000.000,00	4.000.000,00	
Depósitos de garantias e cauções	1.270.447,16	420.558,21	849.888,95
TOTAL	69.858.589,56	64.784.176,40	5.074.413,16

Para este computo não foram contabilizadas as 7 garantias bancárias perfazendo o valor global de 25.500,00€ constituídas na Caixa Geral de Depósitos (CGD) com os seguintes beneficiários: CCDR Norte, Administração da Região Hidrográfica do Norte I.P e Infraestruturas de Portugal S.A.

Continuam por reconhecer nas demonstrações financeiras de 2025 os depósitos obrigatórios/necessários na CGD no valor de 19.083,72€, entre outros valores mobiliários depositados à guarda da CGD (caixagest obrigações) na importância de 17.066,96€.

Durante o exercício de 2025 procedeu-se ao resgate de 102,7831 Unidades de Participação em fundos de investimento no Millennium BCP pelo valor de 630,46€.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras (DF)

Têm as Leis do Orçamento do Estado (OE) vindo sucessivamente a dispensar a obrigatoriedade de elaboração das **demonstrações financeiras previsionais** para as entidades da administração local. previstas no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) do SNC-AP, veja-se o previsto no n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2024.

Não obstante, a lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2025 não prevê esta exceção, o que implica a obrigatoriedade de as Autarquias Locais elaborarem demonstrações financeiras previsionais.

As Demonstrações Financeiras (DF) são preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a Estrutura Concetual e as NCP.

Informação comparativa: As DF permitem uma análise comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas respetivas demonstrações financeiras.

Consistências de Apresentação: As DF estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem.

Materialidade e Agregação: A informação materialmente relevante se influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos seus utilizadores.

Compensação: Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não foram compensados.

Continuidade: As DF foram preparadas com o pressuposto de que o Município de Mogadouro continuará a sua atividade.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica: O Município contabiliza os gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo que os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Erros: São incorreções e/ou omissões em um ou mais períodos, com respeito ao reconhecimento, mensuração, apresentação ou divulgação de elementos das DF.

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis (AFT)

Mensuração inicial:

Os ativos fixos tangíveis registados com referência a 31 de dezembro de 2006 encontram-se valorizados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado a preços correntes, estipulado por avaliadores externos, independentes e profissionalmente qualificados, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente

aceites, deduzido das depreciações acumuladas, tendo-lhes sido atribuído um período estimado de vida útil remanescente.

A partir dessa data, todos os ativos fixos adquiridos/construídos foram registados pelo método do custo (justo valor na aquisição), excetuando os ativos imóveis com inexistência de prova documental fiável quanto à sua valorização que por tal facto ficaram mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT). Entendeu-se que seria desajustado e imprudente a sua valorização através de preços comparativos de mercado, constituindo o VPT um melhor indicador de sinalização de eventuais imparidades a ocorrer.

Em 2020 na transição para o novo referencial contabilístico (SNC-AP) manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo, para o registo dos ativos fixos tangíveis adquiridos/construídos a partir de 1 de janeiro de 2007, ou seja, os ativos foram registados ao custo de aquisição ou produção, líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização em que a autarquia local espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme o apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o município e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Importa, ainda, frisar a existência de um rol de bens, maioritariamente de domínio público, património histórico, artístico e cultural, bem como, terrenos onde estão implantadas diversas infraestruturas relacionadas com setor de água e saneamento, vias de comunicação, praças, parcelas de terreno cedidas para espaços verdes, equipamentos e infraestruturas no âmbito de operações de loteamentos e obras de edificação, que apesar dos esforços conducentes ao seu integral reconhecimento, regularização e inventariação no universo patrimonial do município ainda continuam por inventariar.

A especialização desta tipologia de ativos não permite um tratamento conveniente de valorização objetiva e em tempo útil da sua (des)integração no sistema modular de gestão do património, pela dificuldade acrescida na identificação da titularidade da propriedade, desagregação e valorização, impondo-se-lhe um trabalho moroso e complexo, a par da necessidade de estrita articulação e apoio entre os diversos serviços internos especializados do município e de confrontação com outras fontes de informação externa à contabilidade, nomeadamente, com os dados da conservatória do registo predial e da autoridade fiscal.

Protocolos, contratos de cedência, comodato ou outros direitos de uso de um ativo numa transação sem contraprestação

Conforme surge no ponto 1.2 da estrutura conceptual do SNC-AP: *“Para reconhecer um ativo, uma entidade pública tem de dispor do controlo sobre o recurso, o qual implica:*

a) A capacidade para utilizar o potencial de serviço ou os benefícios económicos provenientes do recurso em causa; ou

b) A capacidade da entidade pública em determinar a natureza e a forma de utilização que outras entidades fazem dos benefícios originados pelo recurso”.

No caso em apreço, analisados os protocolos, contratos ou outros direitos de uso de ativos por parte de terceiros (associações sem fins lucrativos, juntas de freguesia, etc.), constata-se a existência de cláusulas que indicam que o município, titular do direito de propriedade, mantém efetivamente o controlo sobre o bem, na medida em que determina a natureza e a forma de utilização do bem.



Atento à prevalência do princípio da substância económica sobre a forma legal, as entidades que receberam a título gratuito o bem para prestar um determinado serviço de cariz social, cultural, recreativo, desportivo ou de qualquer outra finalidade, com vista à satisfação das necessidades coletivas da população, têm de o devolver quando esse serviço for descontinuado ou suspenso, ou caso pretendam dar-lhe outro uso.

Como acontece na maioria destas cedências de utilização a título precário, o município em vez de o fazer diretamente escolheu prosseguir as suas competências por intermédio de terceiros, portanto, a título de exemplo enunciamos alguns bens imóveis que continuam a ser reconhecidos como ativos fixos tangíveis, nomeadamente escolas primárias, terreno “campo de tiro”, sede do rancho, etc.

Conforme política contabilística adotada pelo município a partir de 1/1/2020 e, tendo em consideração a necessidade de adoção de procedimentos mais eficientes de registo de bens adquiridos, bem como, seguindo o princípio de materialidade preconizado no paragrafo 7.1 da Estrutura conceptual do SNC-AP e dos critérios previstos na portaria n.º 189/2016 de 14 de julho, relativamente às contas 437- Outros ativos fixos tangíveis e 62- Fornecimento e serviços externos, são adotados os seguintes procedimentos:

1. Os bens móveis com vida útil inferior a um ano, ou mesmo superior, tenham um valor inferior a 100,00 euros, exceto nos casos em que tais elementos façam parte integrante de um conjunto que deva ser considerado como um todo, são reconhecidos nos resultados do exercício em que incorrem enquanto gastos;
2. As grandes reparações são caracterizadas não só pelo custo das obras a realizar, mas também pelo acréscimo da vida útil ou da capacidade de desempenho dos bens de investimento em causa ou à melhoria da qualidade dos serviços prestados, assim:
 - Tratando-se de edifícios, são consideradas grandes reparações e, conseqüentemente, classificáveis nas respetivas contas de investimento, as obras de ampliação ou remodelação que valorizem o ativo, designadamente, que impliquem alteração nas plantas dos imóveis e/ou que aumentem o seu tempo de vida útil esperada, ou seja, que aumentem o valor ou a duração provável dos elementos a que respeitam.
 - No caso de bens móveis, inclusive nas viaturas automóveis e outro equipamento de transporte com características semelhantes, as informações das divisões requisitantes deverão conter de forma expressa indicação do aumento real ou da duração provável de vida útil do bem. Em casos de dúvida, considera-se grande reparação ou beneficiação, aquela que implica um aumento da quantia registada do bem em mais de 30%.

Mensuração subsequente:

A mensuração subsequente é feita pela quantia bruta do custo, menos amortizações acumuladas e menos imparidades acumuladas.

Vida útil:

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas uteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (anexo III do DL n.º 192/2015), que substitui a portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que aprovou o CIBE-Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, conforme disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, nomeadamente, para os bens registados a partir de 1/1/2020.

Todos os bens imóveis avaliados por peritos independentes, recorrendo a diferentes metodologias avaliatórias, entre as quais se destaca o método do valor real de mercado à data de 31/12/2006, apresentam o valor líquido (neste caso coincidente com o valor de avaliação) e a taxa de amortização adotada determinada com base no período de vida útil remanescente estimado.



Portanto, os serviços do património consideram apropriado manter essa estimativa refletora do estado de conservação e da obsolescência funcional do imóvel nessa data. No caso em questão, os edifícios e construções amortizaram em regra à taxa de 2% no seu estado novo e os arranjos exteriores e outros tipos de construção ligeira à taxa de 4%.

De sublinhar, que o município manteve os códigos do CIBE para efeitos de inventário e as respetivas vidas úteis no que respeita às depreciações para todos os bens do ativo fixo tangível (exceto edifícios e outras construções) detidos até à data de 31 de dezembro de 2019, conforme preconizado na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Procedeu-se à regularização das depreciações dos ativos fixos tangíveis/propriedades de investimento, somente, dos edifícios e outras construções detidos a partir da data de 31/12/2006, face às disposições preconizadas do Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP, conforme preceituada nas notas de enquadramento ao PCM.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

Método de depreciação:

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização durante a sua vida útil esperada, devendo por regra, utilizar-se o método das quotas constantes em regime duodecimal (linha reta), considerando a vida útil de referência constante da tabela do Classificador Complementar 2.

Valor residual:

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável.

Imparidade:

O município avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano.

Para avaliar se existe imparidade serão tidas em linha de conta, entre outras, as seguintes situações:

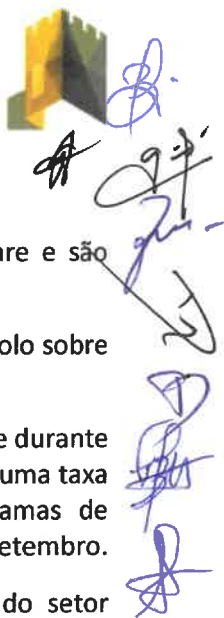
- Diminuição significativa durante o período do valor de mercado de um ativo superior à que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou uso normal;
- Ocorrência no período ou provável ocorrência no futuro próximo de alterações significativas com efeito adverso no município relativas a ambientes tecnológico, de mercado, económico ou legal em que o município opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo.

Nos casos em que a quantia escriturada do ativo é inferior à quantia recuperável estimada reconhece-se nos resultados do período a respetiva imparidade.

Contudo, não foi possível avaliar a eventual existência de indícios que possam originar imparidades nos Ativos Fixos Tangíveis e, da sua parcial ou total recuperabilidade, portanto, não foi possível determinar eventuais perdas por imparidade a reconhecer nas demonstrações financeiras de 2025.

Desreconhecimento

Durante o período de relato os ativos fixos tangíveis devem ser desreconhecidos, ou seja, retirados do balanço, sempre que os mesmos já não desempenhem qualquer função para o município de Mogadouro ou não sejam suscetíveis de proporcionar benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, independentemente de estarem ou não totalmente depreciados, ou então, sejam alienados.



Ativos Intangíveis

Nos itens dos Ativos Intangíveis incluem-se, essencialmente, os direitos de utilização de software e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e imparidades acumuladas.

Os Ativos Intangíveis só são reconhecidos quando satisfazem a condição de identificabilidade, controlo sobre o recurso e benefício económico futuro.

São amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso e durante o período de 3 anos, ou seja, em linha de conta com a metodologia anteriormente usada baseada numa taxa de referência para os intangíveis de 33,33%, conforme referenciado no código 2440-programas de computadores da Tabela I – Taxas genéricas, anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

Uma vez que a vida útil deve ser necessariamente curta, face à rápida evolução tecnologia do setor informático, efetivamente atendendo à possível necessidade de se efetuarem novas versões do software, a estimativa deve ter em conta o tempo previsível de utilização desse ativo e poderá ser alterada nos períodos seguintes se existirem novas informações ou acontecimentos que levem a essa atualização.

A partir do momento em que o programa (software) esteja pronto a ser usado, todos os encargos subsequentes já não podem ser capitalizados, devendo ser considerados como gastos do período, ou seja, encargos como reinstalação do software, atualizações, renovações de licenças, renovações de contratos de manutenção, e outros similares não devem ser incluídos no custo do ativo, devendo ser reconhecidos como gastos do período (conta 62x - FSE), observando o regime do acréscimo.

Método de depreciação:

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço serão usufruídos. O método de depreciação é o das quotas constantes ou da linha reta (por duodécimos).

Desreconhecimento das Demonstrações Financeiras

A amortização de um ativo intangível não cessa quando o ativo deixar de ser usado, a menos que esteja totalmente amortizado ou esteja classificado como detido para venda.

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou locações operacionais caso haja essa transferência.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações, consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



Propriedades de Investimento

São terrenos e/ou edifícios detidos com a pretensão de gerar rendimento através de rendas e/ou para valorizar o investimento.

Nó que concerne ao bairro de habitação social, que é uma propriedade detida para prestar um serviço social e não para obter rendas ou valorização do capital, portanto, o rendimento gerado pelas rendas está inerente aos objetivos que estão na base da detenção da propriedade.

O município detém no seu inventário casas usadas para proporcionar, a rendas abaixo do mercado, habitação a famílias de baixo rendimentos. (aplicável a NCP 5- Ativos fixos tangíveis).

Mensuração: A especialização desta tipologia de ativos não permitiu a conveniente valorização objetiva em tempo útil da sua integração na prestação de contas de 2025, a realizar pelo modelo do justo valor, conforme preconizado na NCP 8, porquanto, continuam a ser mensuradas ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

Nos termos do parágrafo 50 da NCP 8 transcreve-se: "Em casos excecionais, existe uma clara evidência quando uma entidade adquire pela primeira vez uma propriedade de investimento (ou quando uma propriedade de investimento existente se torna pela primeira vez uma propriedade de investimento após uma alteração no uso) que a variabilidade no intervalo das estimativas razoáveis do justo valor será tão grande e as probabilidades dos variados desfechos serão tão difíceis de avaliar, que a utilidade de uma única estimativa do justo valor seja posta em causa. Isto pode indicar que o justo valor da propriedade não será determinável com fiabilidade numa base continuada". Isto surge quando, e só quando, não são frequentes transações de mercado comparáveis e não estão disponíveis estimativas alternativas do justo valor (por exemplo, baseadas em projeções de fluxos de caixa descontados).

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, que inclui as despesas adicionais da compra, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado.

Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido.

Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade, ou seja, são registados ajustamentos pela respetiva diferença, por forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

Rendimentos de transações com contraprestação

VENDAS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- (i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- (ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- (iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- (iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- (v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS – o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

ROYALTIES – o rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

DIVIDENDOS – o rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Instrumentos Financeiros (NCP 18)

O conceito de instrumento financeiro é mais abrangente do que o conceito geralmente utilizado nas administrações públicas, isto é, inclui por ex: ativos financeiros, passivos financeiros e instrumentos financeiros mais complexos.

O município reconhece um ativo financeiro (direitos a receber), um passivo financeiro (obrigações do município) ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento, ou seja, os ativos a adquirir e os passivos a suportar como resultado de um compromisso firme de comprar ou vender bens e serviços não são geralmente reconhecidos até que pelo menos uma das partes tenha agido segundo o contrato.

Participações Financeiras

As participações financeiras noutras entidades estão mensuradas pelo método do custo deduzido das perdas por imparidades acumuladas, quando aplicável.

Reconhecimento e mensuração inicial:

No anterior referencial contabilístico os instrumentos financeiros estratégicos de médio e longo prazo, sem influência significativa (normalmente com menos de 20% de participação no capital social) eram registados pelo modelo do custo.

Presume-se que têm influência significativa, mas não exercem controlo sobre a sua política financeira e operacional quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Na aplicação do método de equivalência patrimonial, ou seja, do justo valor através dos resultados, as partes de capital em empresas associadas e empreendimentos conjuntos são corrigidas para o valor que proporcionalmente lhes corresponde nos capitais próprios das empresas, desde que adquira a influência significativa até ao momento em que a mesma termine.

Mensuração subsequente: A mensuração subsequente continua pelo método do custo.



Ativos financeiros e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos quando se tornam parte das correspondentes disposições contratuais, e estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do relato são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vençam juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são, por regra, reconhecidos como gasto do período a que dizem respeito independentemente do tipo, natureza e finalidade dos empréstimos. Porém, nos casos em que os empréstimos sejam contraídos para financiar a aquisição, construção ou produção de um determinado ativo (um ativo que se qualifica), então os custos com esses empréstimos devem ser capitalizados como parte do custo dos ativos que financiam.

Transferências e subsídios

Reconhecimento:

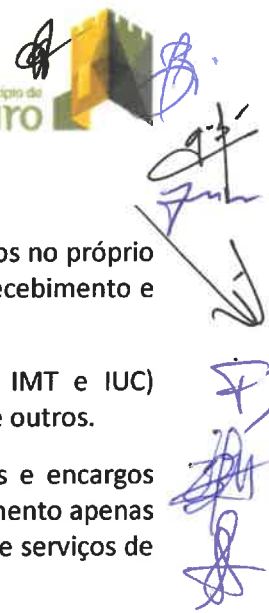
Um influxo de recursos de uma transação sem contraprestação que não sejam serviços em espécie e que satisfaçam a definição de ativo deve ser reconhecido como tal quando, e somente for provável que os benefícios económicos futuros, ou potencial de serviço fluam para a entidade e que o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

O subsídio deve ser inicialmente reconhecido quando exista segurança de que o município cumprirá as condições a ele associados e de que os mesmos sejam recebíveis, independentemente da sua data de recebimento, tendo em atenção o pressuposto do regime do acréscimo.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios para investimentos relacionados com a aquisição ou produção de ativos (fixos tangíveis ou intangíveis) são registados inicialmente no balanço como componente do capital próprio (conta 59.3.1) e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício (conta 78.8.3) numa base sistemática e racional durante a vida útil, ou seja, pela proporção das depreciações ou amortizações de exercício dos ativos financiados, respetivamente, atendendo ao princípio de balanceamento entre rendimentos e gastos.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.



Acréscimos

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devem ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita/despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período(s) posterior(es).

Foram considerados em acréscimo de rendimentos os relativos a impostos diretos (IMI, IMT e IUC) correspondentes ao mês de dezembro e reconhecidos apenas em janeiro do ano seguinte, entre outros.

Em acréscimos de gastos foi reconhecida a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos relacionados a que os trabalhadores tenham direito, mas cujo processamento e respetivo pagamento apenas ocorrerá no ano seguinte, bem como, o consumo de eletricidade, comunicações e prestações de serviços de assistência técnica, licenças de programas informáticos entre outros.

Diferimentos

Compreende os gastos e rendimentos que devem ser reconhecidos no período subsequente em cumprimento do regime de acréscimo ou periodização económica, cujo pagamento/contabilização ocorre no período do relato, por exemplo, aquisição de materiais de consumo e rendas.

Caixas e seus equivalentes

Esta rubrica inclui, caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até 12 meses para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

Gastos

Os gastos também são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas efetuadas têm por referência a data de relato e são baseadas no melhor conhecimento existente, na experiência de eventos passados e correntes e nas ações que se planeiam realizar.

O Município deve divulgar em particular situações em que a sua continuidade e/ou a continuidade de alguns dos seus departamentos ou de fontes de financiamento, possa ficar comprometida, tais como, riscos decorrentes da redução de pessoal, de transferências obtidas ou de receitas de prestações de serviços, que a ocorrerem poderão conduzir à não satisfação os seus passivos e compromissos já assumidos.

Pese embora a atual conjuntura internacional continue marcada por conflitos geopolíticos sem previsão para a assinatura de acordos de paz na Ucrânia e mais recentemente no Médio Oriente, a par do despoletar de constantes episódios que ameaçam a estabilidade política interna, o órgão de gestão considera não existirem, nesta data, riscos significativos, suscetíveis de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos até ao final do período seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade das operações do município.

Ponto 2.8 - Correção retrospectiva

Durante o ano 2025 foram efetuadas correções de erros anteriores considerados materialmente relevantes, nomeadamente, retificações de registos contabilísticos dos subsídios para investimento de financiamentos, assim como, (des)reconhecimento de itens do Ativo não Corrente, originando movimentos de regularizações.

Pelo facto de não ser manifestamente praticável a correção de erros detetados em períodos anteriores ao período de ocorrência não foi reexpressa para efeitos comparativos.



Nota 3 - Ativos Intangíveis

Quadro 3.1 – ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	379 717,15	358 798,56		20 918,59	464 195,76	389 883,26		74 312,50
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	1 920,00			1 920,00	1 920,00			1 920,00
Ativos intangíveis em curso					46 124,26			46 124,26
TOTAL	381 637,15	358 798,56		22 838,59	512 240,02	389 883,26		122 356,76

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

O detalhe dos itens que compõem esta rubrica é o seguinte:

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
		Adições	Transf. internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	20 918,59	76.745,78	10.831,38				-34 183,25			74 312,50
Propriedade industrial e intelectual										
Outros	1 920,00									1 920,00
Ativos intangíveis em curso		80.569,18	-34.444,92							46 124,26
TOTAL	22 838,59	157.314,96	-23.613,54				-34 183,25			122 356,76

A coluna de transferências apresenta um valor negativo de 34.444,92€ referente à transição de investimento em curso tanto do fornecimento parcial de ativos no âmbito da remodelação dos equipamentos multimédia para o Centro de Interpretação do Mundo Rural adjudicado à Enigma Virtual, Lda. (23.613,54€), como da operação Mogadouro 360” que contemplava a aquisição de solução tecnológica para inventário das coleções museológicas do museu de Mogadouro no âmbito do projeto e construção do museu de Mogadouro adjudicada a Squad It - Your Business Our Mission, Unipessoal Lda. (10.831,38€).



Quadro 3.2A – Ativos Intangíveis – adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		76.745,78								76.745,78
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		80.569,18								80.569,18
TOTAL		157.314,96								157.314,96

No que respeita ao item 44.3-Programas de Computador e Sistemas de Informação agrega-se principalmente a aquisição de plataforma para submissão de projetos no âmbito do RJUE, nomeadamente para desmaterialização de processos urbanísticos online por 58.732,50€ e o software do digitalizador portátil, entre outros de menor montante.

A coluna de compras de ativos intangíveis em curso inclui a verba de 46.124,26€ relativa à faturação parcial de sistemas de bombagem de água para estações de tratamento de águas e furos verticais.

Quadro 3.2B - Ativos Intangíveis – diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O município registou uma redução nos itens dos ativos intangíveis no valor bruto de 3.098,55€ resultante do registo contabilístico de autos de abate de programas de computador obsoletos, totalmente amortizados, deste modo expressando uma quantia escriturada nula na coluna "Total" das diminuições.

Quadro 3.3 - Variações do excedente de revalorização

Não é aplicável.

Outras divulgações

- **Ativos intangíveis materialmente relevantes:**

Em 31 de dezembro de 2025, o município não detinha ativos intangíveis, que, individualmente se apresentassem como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

- **Ativo intangível totalmente amortizado que esteja ainda em uso:**

Da aplicação informática de gestão do património resulta a extração e compilação da seguinte informação:

Classe	Designação	Valor Patrimonial Líquido
44.3	Programas de computador e sistemas de informação	335.956,34€

No que respeita aos programas de computador e outro software, importa ainda referir que continua por concluir o trabalho de reconciliação junto dos serviços de informática do Município, no sentido de identificar o rol de itens do ativo intangível totalmente amortizado que não gerem benefícios económicos futuros, de modo a proporcionar uma informação mais fidedigna desta rubrica do ativo.

- **Ativos intangíveis significativos controlados pelo município, mas não reconhecidos como ativos porque não satisfizeram os critérios de reconhecimento da respetiva norma**

Em 31 de dezembro de 2025 o município não detinha ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação.

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Não foram celebrados acordos de concessão de serviços regulados pela legislação relativa a concessões, nomeadamente, pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, que define as normas gerais aplicáveis à intervenção no âmbito de parcerias público-privadas.

Releva para esta análise a evidência dos seguintes elementos:

- ✓ Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão celebrado com a EDP Distribuição - Energia SA, assinado em 19/09/2001 e renovado mediante protocolo entre ANMP e a EDP em 13/09/2016.
Tendo em conta o estipulado no artigo n.º 2 do Decreto Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, tomou-se conhecimento do valor anual da renda de concessão a pagar pela E-Redes-Distribuição de Elétrica S.A. em 2025 na importância trimestral de 149 938,40 €.
- ✓ Continuação da vigência do contrato n.º 44/2022 no que concerne à cedência (uso privativo do domínio público) com a Sonorgás- Sociedade de Gás do Norte, S.A. (titular da licença) respeitante às infraestruturas da rede de distribuição de gás na vila de Mogadouro, outorgado pela quantia de 27.500,00€/ano.

Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício económico de 2025 regista-se uma importância de 4.937.138,74€ na rubrica 64.2 - Gastos de depreciação e amortização.

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	122 369 916,48	89 769 383,33		32 600 533,15	129 491 434,98	93 253 471,13		36 237 963,85
Terrenos e recursos naturais	1 226 410,21			1 226 410,21	1 236 260,14			1 236 260,14
Edifícios e outras construções	12 646 221,84	9 284 017,59		3 362 204,25	15 230 053,03	9 895 060,85		5 334 992,18
Infraestruturas	107 602 465,67	80 485 365,74		27 117 099,93	112 036 823,05	83 358 410,28		28 678 412,77
Património histórico, artístico e cultural	894 818,76			894 818,76	988 298,76			988 298,76
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Outros ativos fixos tangíveis	57 354 509,72	22 325 088,60		35 029 421,12	60 250 904,96	23 572 023,29		36 678 881,67
Terrenos e recursos naturais	6 532 420,52			6 532 420,52	6 566 806,25			6 566 806,25
Edifícios e outras construções	32 822 718,25	13 924 454,58		18 898 263,67	33 222 346,22	14 803 390,10		18 418 956,12
Equipamento básico	4 234 292,79	3 221 015,29		1 013 277,50	4 325 870,40	3 337 807,48		988 062,92
Equipamento de transporte	2 974 645,29	2 462 847,02		511 798,27	3 032 807,07	2 629 990,21		402 816,86
Equipamento administrativo	1 750 206,03	1 532 799,62		217 406,41	1 738 483,30	1 548 782,97		189 700,33
Equipamentos biológicos								
Outros	1 439 580,44	1 183 972,09		255 608,35	1 571 807,77	1 252 052,53		319 755,24
Ativos fixos tangíveis em curso	7 600 646,40			7 600 646,40	9 792 783,95			9 792 783,95
TOTAL	179 724 426,20	112 094 471,93		67 629 954,27	189 742 339,94	116 825 494,42		72 916 845,52

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas a entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	32 600 533,15	117.056,58	7.004.461,92				- 3 484 087,80			36 237 963,85
Terrenos e recursos naturais	1 226 410,21	9.849,93								1 236 260,14
Edifícios e outras construções	3 362 204,25	62.899,27	2.520.931,92				- 611 043,26			5 334 992,18
Infraestruturas	27 117 099,93	44.307,38	4.390.050,00				- 2 873 044,54			28 678 412,77
Património histórico, artístico e cultural	894 818,76		93.480,00							988 298,76
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Outros ativos fixos tangíveis	35 029 421,12	10.316.011,22	-7.056.784,67				- 1 519 097,60		-90.668,40	36 678 881,67
Terrenos e recursos naturais	6 532 420,52	111.823,36							-77.437,63	6 566 806,25
Edifícios e outras construções	18 898 263,67	202.656,86	290.903,20				- 964 961,12		-7.906,49	18 418 956,12
Equipamento básico	1 013 277,50	163.652,79	21.645,54				-210 390,51		-122,40	988 062,92
Equipamento de transporte	511 798,27	87.668,28					-195 766,15		-883,54	402 816,86
Equipamento administrativo	217 406,41	42.165,81	1.968,00				- 71 839,89			189 700,33
Equipamentos biológicos										
Outros	255 608,35	88.038,46	52.284,31				-76 139,93		-35,95	319 755,24
Ativos fixos tangíveis em curso	7 600 646,40	9.620.005,66	-7.423.585,72						-4.282,39	9.792.783,95
TOTAL	67 629 954,27	10.433.067,80	-52.322,75				-5 003 185,40		-90.668,40	72 916 845,52

O saldo global da coluna de “transferências internas à entidade” agrega a importância negativa de 52.322,75€ resultante do desreconhecimento no balanço de 2025 dos seguintes ativos em curso: “Projeto do Museu do Moderno Escondido em Bemposta”; “Projeto do heliporto de emergência médica “ e “ Remoção da cobertura da antiga escola primária do bairro São Sebastião”.

Importa, frisar que, na referida coluna consideram-se os ativos que foram objeto de reclassificação, nomeadamente, no que respeita à transferência de ativos em curso para ativos concluídos.

A seguir elencam-se as obras que estão nas condições pretendidas para ser utilizadas na atividade do município porquanto, durante o exercício económico de 2025, o custo foi transferido para a respetiva subconta da conta 43 - Ativos Fixos Tangíveis, iniciando-se a partir desse momento as respetivas depreciações, designadamente:

Descrição do Investimento concluído (2025)	Valor	despacho	deliberação	auto receção provisória	conta final
Instalação de Posto de Carregamento de Veículos Elétricos PCVE no Parque de Estacionamento da Câmara Municipal	57 132,92			n.a	n.a
Prolongamento das redes de saneamento do concelho - av. Calouste Gulbenkian	132 847,51	x		13/11/2025	
Pavimentação do caminho do Romão em Valcerto	303 737,24		x	02/05/2025	02/05/2025
Criação de um espaço de eventos, venda e prova de produtos regionais	52 284,31			n.a	n.a
Projeto e remodelação da rede de águas, saneamento e pavimentação de Ventozelo	503 317,82	x		15/12/2025	
Prolongamento das redes de água e de saneamento do concelho	60 387,61	x		25/09/2025	25/09/2025
Remodelação dos equipamentos multimédia do centro de interpretação do mundo rural	23 613,54			n.a	n.a
Escultura em espaço público – homenagem aos combatentes	93 480,00			n.a	n.a
Mogadouro 360” – aquisição de solução tecnológica para inventário das coleções museológicas do museu de Mogadouro – projeto e construção do museu de Mogadouro	10 831,38			n.a	n.a
Sinalização de vias de comunicação	86 601,20	x		24/09/2025	24/09/2025
Transformação do polidesportivo da Fonte Nova em 2 campos de padel	155 734,14	x		29/08/2025	
Pequenas obras de beneficiação do património municipal - armazém municipal	58 426,14	x		08/10/2025	08/10/2025
Pequenas obras de beneficiação do património municipal - cobertura da entrada da EB1JI	19 610,00	x		10/12/2025	10/12/2025
Projeto e obras de requalificação da av. Do sabor entre a rotunda do bombeiro e a rotunda do cogumelo	2 520 931,92		x	23/12/2025	
Requalifica ao do bairro São José	2 806 306,00		x	11/11/2025	
Arruamentos no concelho (Bruçó, Mogadouro Gare, Castelo Branco, Brunhoso, tó)	496 852,62	x		18/06/2025	18/06/2025
Projeto do heliporto de emergência médica e proteção civil no aeródromo municipal	26 585,90	informação para desreconhecimento			
Projeto museu do moderno escondido em Bemposta	6 113,10	informação para desreconhecimento			
Remoção da cobertura da antiga escola primária do bairro S. Sebastião para construção do centro de estudos e recursos**	43 237,29	informação para desreconhecimento			
Total	7 458 030,64				

No âmbito do domínio público, a coluna de compras “Edifícios e outras construções” consagra a verba de 41.066,77€ em resultado da homologação do auto de medição único em 25/09/2025 relativamente à obra de requalificação do cemitério de Mogadouro contemplando picagem e reboco de paredes, aplicação de produto pigmentado à base de resina acrílica e pintura aquosa de cerca de 1751m2. Este item contempla, ainda, a remodelação do parque infantil de Bemposta no valor de 21.832,50€.

O acréscimo registado na coluna compras em “Infraestruturas” resulta, essencialmente, de gastos materialmente relevantes com investimentos realizados na rede de iluminação pública (35.068,38€), bem como, do fornecimento de furos verticais de água para as localidades de Estevais e de Castanheira.

O item do AFT “Património Histórico” contempla uma escultura em homenagem aos combatentes adjudicada a Hélder de Carvalho-Criações Exclusivas Unipessoal Lda. pela quantia de 93.480,00€.

Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis – adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		107.206,65			9.849,93						117.056,58
Terrenos e recursos naturais					9.849,93						9.849,93
Edifícios e outras construções		62.899,27									62.899,27
Infraestruturas		44.307,38									44.307,38
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Outros ativos fixos tangíveis		10.207.949,00		88.062,22		20.000,00					10.316.011,22
Terrenos e recursos naturais		89.807,80		22.015,56							111.823,36
Edifícios e outras construções		136.610,20		66.046,66							202.656,86
Equipamento básico		163.652,79									163.652,79
Equipamento de transporte		67.668,28				20.000,00					87.668,28
Equipamento administrativo		42.165,81									42.165,81
Equipamentos biológicos											
Outros		88.038,46									88.038,46
Ativos fixos tangíveis em curso		9.620.005,66									9.620.005,66
TOTAL		10.315.155,65		88.062,22	9.849,93	20.000,00					10.433.067,80

No que concerne aos bens de domínio privado, em cumprimento da deliberação do órgão executivo tomada na reunião ordinária de 24/09/2024 aprovada por unanimidade a proposta de comunicação prévia para a transferência de competências de gestão e aquisição de imóveis do património imobiliário do Estado para o município, foi concretizada a aquisição do Edifício Administrativo DRAP Norte, sito na Av. do Sabor, n.º 49 em Mogadouro, pelo valor de 148.500,00€ constante do relatório de avaliação de perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário.

De referir, também, o registo contabilístico por 52.682,80€ de parcela de terreno com área de 3.485m² para execução da obra/projeto "Sabor Lake Resort" do Medal" consubstanciado no contrato de compra e venda celebrado em 20/02/2025 com Urbano Nascimento Carvalho relativo ao prédio rustico inscrito na matriz sob o artigo 342-M da freguesia de Meirinhos e descrito na conservatória sob o n.º 657/19941117.

Para o computo da coluna de transferências, releva a regularização do registo contabilístico de reconhecimento no inventário do Município de Mogadouro, pelo valor patrimonial tributário atual, do prédio urbano com o artigo matricial n.º 1560 afeto à EB2,3 e Secundária de Mogadouro transferido para a propriedade municipal no âmbito da descentralização de competências na área da educação.

No que concerne à coluna de doações, foi inserida a importância estimada de 20.000,00€ para efeitos de aceitação pelo órgão executivo na reunião ordinária de 03/11/2025 de uma viatura 4x4 proveniente da empresa REN – Redes Energéticas Nacionais SGPS SA para alocar aos serviços florestais do município de Mogadouro.

Relativamente à coluna de expropriações releva o registo contabilístico do pagamento total de 9.849,93€ a António José Fernandes Alonso, de parcelas de terrenos rústicos sitos na Corte, designadamente, para efeitos de execução da obra de "Construção da variante de acesso do IC5 a zona industrial" inscritas sob os artigos n.º 16, 17 e 19 da seção C de Mogadouro.



Para o computo da rubrica de equipamento de transporte destaca-se a aquisição de uma viatura da categoria ligeiro de passageiros Toyota Hilux (MAT:BT-89-DG) no valor de 63.371,04€, bem como, de 2 scooters de mobilidade com 4 rodas com limite de 25km/h por 4.297,24€ comparticipadas a 100% pelo Instituto Nacional para a Reabilitação.

No que respeita à rubrica de "Equipamento Básico", relevam, essencialmente, as seguintes rubricas: 43.3.2-Equipamento de utilização técnica especial(topografia) com a quantia de 65.397,43€; 43.3.3-Equipamento específico de saúde (6 cadeiras de rodas elétricas) pela importância total de 14.140,00€ comparticipadas a 100% pelo PRR; 43.3.7-Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura com a importância de 55.574,14€ dos quais se destaca o fornecimento de equipamentos para o parque infantil do Bairro São João em Mogadouro (19.255,65€); e por último 43.3.7-Equipamento e material de apoio à produção (água, saneamento e resíduos sólidos) com a quantia de 43.564,99€.

A conta residual "Outros Ativos Fixos Tangíveis" comporta na subconta 43.7.2- Equipamento de decoração, conforto e utilização comum com a importância de 77.977,41€, sendo 52.284,31€ para a criação de um espaço de eventos, venda e prova de produtos regionais "Origem Mogadouro" e na 43.7.9-Outros com a quantia total de 61.485,59 €, dos quais se destaca a montagem de monumento em granito intitulado "Raça Mirandesa" sito na Av de Espanha (48.935,19€).

Quadro 5.2B - Ativos fixos tangíveis – diminuições

O detalhe dos itens que compõem esta rubrica é o seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Outros ativos fixos tangíveis	-77.113,61				-13.554,79	-90.668,40
Terrenos e recursos naturais	-76.230,07				-1.207,56	-77.437,63
Edifícios e outras construções					-7.906,49	-7.906,49
Equipamento básico					-122,40	-122,40
Equipamento de transporte	-883,54					-883,54
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros					-35,95	-35,95
Ativos fixos tangíveis em curso					-4.282,39	-4.282,39
TOTAL	-77.113,61				-13.554,79	-90.668,40

De salientar, ainda, que as depreciações dos bens abatidos estão a ser consideradas na coluna diminuições.

Contribui para a coluna das diminuições de 77.437,63€ no item de terrenos, a outorga em 08/01/2025 do contrato de compras e vendas relativo aos lotes infra referidos, no seguimento do procedimento de distrato dos lotes infra referidos realizado no ano transato, a saber:



Inventário n.º	Lote n.º	Artigo matricial n.º	Área (m2)	Valor de alienação (€)	Contrato de compra e venda
13873	96	U-3728	2.298,65	10.711,72	Francisco António Louzas
13870	99	U-3731	2.379,45	11.088,25	António Maria Gomes Unipessoal Lda.
13869	102	U-3734	1.873,50	8.730,52	Nelson Orlando Pinto Guedes de Sá E Silva
13871	106	U-3738	1.873,50	8.730,52	Alumínios Amado Vaz Martins Unipessoal Lda.
13872	107	U-3739	2.389,10	11.133,22	Carlos Alberto Vaz Mendes
13868	108	U-3740	2.389,15	11.133,45	Catarina & Lopes, Lda.
13867	109	U-3741	2.401,35	11.190,30	José Carlos Fitas
				72.717,98	

Para este item contribui, também, o contrato de compra e venda outorgado em 13/02/2025 com a empresa Systembase, Lda pela quantia de 8.225,06€, do lote 100 sito no Cabeço de Santo António com o registo na CRP sob n.º 3583 com matriz predial urbana sob o artigo 3732º com a área de 2.193,35m2.

De salientar, ainda, a alienação através de hasta pública por deliberação do órgão executivo em 13/05/2025 de 4 lotes, nomeadamente: n.º 78 com a área de 1.827,75m2, inscrito na CRP 3517 e matricial 3713 a Luís Filipe da Silva Gomes conforme contrato de 9/07/2025 de 8.717,32€; n.º 105 com a área de 1.873,50m2 inscrito na CRP 3717 e artigo matricial 3737 adjudicado a Nelton Lacerda Unipessoal Lda por 8.800,00€ conforme contrato compra e venda outorgado em 14/08/2025; n.º 83, com a área total de 2.848,90m2, descrito na CRP sob o n.º 3569 inscrito na respetiva matriz predial n.º 3718, cujo contrato de compra e venda outorgado em 13/06/2025 com a MogaTechnology, Unipessoal Lda pela importância de 13.301,99€; n.º 97 com área de 2.848,90m2, CRP n.º 3580 e artigo matricial 3729 por 11.800,00€ cujo contrato compra e venda datado de 18/09/2025 com António Marcos Serralharia, Unipessoal.

Releva para este computo, ainda, o auto de arrematação em hasta pública do lote n.º 66 do loteamento Industrial de Mogadouro adjudicado a Amílcar Marcos & Roberto Fitas Lda no montante de 16.250,96€ homologado pelo órgão executivo na reunião ordinária de 11/02/2025.

De frisar, ainda, o contrato de doação celebrado em 16/05/2025 com a Junta de Freguesia de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei do lote n.º 71 com a área de 2.034,00m2 sito em Cabeço de Santo António descrito na CRP sob o n.º 3557 e inscrito na respetiva matriz predial urbana n.º 3706 pelo valor patrimonial tributário de 77.242,86€.

Regista-se uma redução no ativo bruto no valor de 361.647,47€ proveniente do processamento de autos abates/autos de verificação de incapacidade justificados pela obsolescência técnica, tecnológica, comercial e de inoperacionalidade, principalmente, de equipamento básico (motores, eletrobombas, etc.) no valor de 93.720,72€, equipamento administrativo (hardware, mobiliário de escritório) na importância de 55.856,54€ e outros ativos fixos tangíveis na importância de 8.095,44€, danificados e/ou sem viabilidade económica justificativa de eventual reparação.

Para este computo importa salientar a realização de hasta pública para venda de veículos em fim de vida (lote 1 – Máquinas e Veículos) com arrematação aprovada em 18/08/2025 pela quantia de 23.700,00€ mais IVA, constituído pelas seguintes viaturas: ligeiro de mercadorias de caixa aberta (matrícula: 63-PE-04), ligeiro de passageiros (mat:60-48-IG) e retroescavadora (matrícula: 38-NV-62).

Relativamente à rubrica de “Edifícios e Outras Construções” de domínio privado, no que respeita à coluna “Outros” verificou-se um desreconhecimento no inventário do Polidesportivo da Fonte Nova com a quantia escriturada de 7.906,49€ por motivo de transformação em 2 campos de padel, assim como, da cobertura existente, pese embora, com quantia escriturada nula, no decorrer da obra de remodelação da cobertura da escola do 1.º CEB e Jardim de Infância de Mogadouro.



Como se constata da análise do quadro 5.2.B suprarreferido estes bens, na sua esmagadora maioria, apresentavam uma quantia escriturada nula.

No que concerne à diminuição do item de ativos fixos tangíveis em curso denote-se a devolução do valor de 4.282,39€ com IVA incluído proveniente da Inertil Sociedade Produtora de Inertes SA, relativa à revisão definitiva de preços negativa na empreitada de pavimentação do Caminho do Romão em Valcerto por deliberação da Câmara Municipal em 22/04/2025.

Quadro 5.3 – Variação do excedente de revalorização - Não é aplicável.

5.1 - Uma entidade deve também divulgar para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:

(a) A existência e quantias de restrições de titularidade e os ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;

Denote-se que não foram dados como garantia de passivos quaisquer ativos fixos tangíveis.

Para efeitos de divulgação de informação sem respetivo reconhecimento contabilístico no ano económico em análise destaca-se o seguinte:

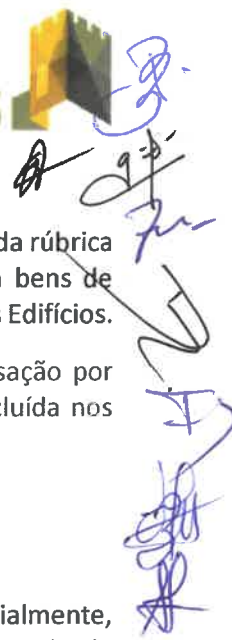
- Relativamente à venda em hasta pública de um edifício localizado no perímetro urbano da cidade de Mogadouro, com vista ao desenvolvimento de projeto de empreendimento turístico hoteleiro salienta-se o pagamento de 50% do valor da venda conforme o previsto no ponto 25 da hasta pública no dia 30/12/2025 pela adjudicatária Pavieste - Execução Técnica de Pavimentos, S.A, sendo a 2.ª e última tranche paga em 22/01/2026.

b) A quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de um ativo fixo tangível no decurso da sua construção:

O custo acumulado do investimento em curso, compreende as seguintes obras em execução através de empreitada:

Descrição do Investimento em Curso (2025)	Valor
Projeto construção de armazém municipal	11 992,50
Projeto Sabor lake resort núcleo turismo do lago do Medal	46 807,65
Remodelação da rede de águas e saneamento de Vilarinho dos Galegos	200 041,27
Projeto edifício destinado a ginásio	1 380 685,21
Projeto e licenciamento de um matadouro industrial misto de bovinos, suínos e ovinos/caprinos	3 495 430,80
Alteração (escola primária) e ampliação edifício destinado a centro dia de Castro Vicente	199 311,51
Elaboração do projeto de "parque biológico da ribeira do Juncal"	74 888,55
Sabor lake resort - elaboração dos projetos de arquitetura, paisagismo e especialidades do núcleo turístico junto à ponte de Remondes	38 689,65
Projeto de requalificação das ex escolas primárias do concelho- reconversão de 11 escolas primárias para turismo rural	835 934,95
Núcleo museológico de Mogadouro	225 325,95
Pavimentação do arruamento do Bairro do Valado ao complexo desportivo*	400 931,39
Elaboração do projeto de remodelação do sistema de abastecimento de águas do município	42 737,50
Porta de entrada ao douro internacional	13 837,50
(80%) Terreno rustico 341-M sito em Meirinhos para construção do lake resort - Medal, conforme contrato promessa	12 000,00
Reabilitação energética e funcional do edifício da escola secundária de Mogadouro e pavilhão gimnodesportivo	1 282 862,91
"Mogadouro na rota do românico – reabilitação e criação de acessibilidades da igreja de Santa Maria de Azinhoso"	17 293,80
Elaboração do projeto: "CENTRO INTERPRETATIVO DO PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL"	80 318,63
"Rotas do Norte - Mogadouro na rota dos castelos e fortalezas – valorização do castelo de Mogadouro"	36 896,31
Pequenas obras de beneficiação do património municipal - estádio municipal*	60 314,00
Pavimentação da av. Calouste Gulbenkian e rua de Santo António*	155 305,90
Prolongamento de redes de água e de saneamento do concelho*	54 406,27
Pavimentação do caminho da cerâmica ao Variz*	158 556,92
Arruamentos no concelho	369 915,53
Aquisição e instalação de sistemas de bombagem de água para eta e furos verticais	46 124,26
Wc pré-fabricadas	88 557,54
Projeto requalificação da Avenida de Salamanca	29 889,00
Projeto de arquitetura e especialidades do miradouro do Medal	2 460,00
Aquisição de um autocarro volvo bus modelo b13r4x2 chassis yv3u3w524sa22193	370 217,70
Remodelação de infraestruturas de apoio a proteção civil - aeródromo municipal*	107 175,01
Total	9 838 908,21

Nota: * aguardar homologação dos autos de receção provisória e conta final em 2026



(c) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Socorrendo-nos do saldo da conta da contabilidade orçamental "042 – compromissos assumidos" e da rubrica "07 – aquisição de bens de capital", assumiu-se durante o exercício de 2025 uma despesa em bens de investimento na ordem dos 1.477.460,00€ (n+1) e 1.050.000,00 € (n+2) na rubrica 07010307- Outros Edifícios.

(d) Se não for divulgada separadamente na demonstração dos resultados, a quantia da compensação por terceiros relativa a bens do ativo fixo tangível em imparidade, perdidos ou cedidos, que está incluída nos resultados. O município não tem nada a relatar.

5.2 — Quando aplicável, as entidades devem ainda fazer as seguintes divulgações:

(a) A quantia escriturada de ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

O município dispõe de diversos imóveis e infraestruturas na situação de "desocupados", essencialmente, relacionadas com o sistema de gestão de águas residuais (fossas sépticas e compactas) e com a rede de abastecimento público de água potável para consumo humano (depósitos de água, furos artesianos, captações, condutas).

(b) A quantia escriturada bruta de qualquer ativo fixo tangível totalmente depreciado que ainda esteja em uso

Especial enfoque para a existência de um vasto leque de bens totalmente depreciados, ainda em uso na atividade operativa, sendo necessário continuar o trabalho exaustivo e moroso de identificação fiável do período de vida útil adicional a atribuir aos ativos em uso totalmente depreciados ou eventualmente um julgamento prévio para o seu desreconhecimento das demonstrações financeiras subsequentes.

(c) A quantia escriturada de ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para alienação

No ano de 2025 não foram registados bens detidos para alienação imediata.

5.3 – Revalorização de ativos

As revalorizações dos ativos tangíveis só podem ser feitas se autorizadas através de diploma legal.

Nota 6 – Locações

6.1 - LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

O município não detém qualquer bem de investimento no regime de locação financeira.

6.2 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCATÁRIOS

O município mantém os seguintes contratos em regime de locação operacional:

BENS LOCADOS	Valor do contrato (com IVA incl) (€)	Pagamentos acumulados efetuados pelo locatário (€)				Futuros pagamentos mínimos do locatário (€)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
"Edifícios e outras construções" - arrendamento do prédio alocado à CRP	30 000,00	30 000,00								
"Equip. Administrativo"- fotocopiadores*	92.146,68	5.119,26	17.097,00		11.832,60	30.715,56	56.311,86			
Aluguer de filmes*	33.677,40		18.622,20		1.274,38	3.222,60				
Aluguer de equipamento de teleassistência *	12.920,34		9.251,46			10.526,28				
Locação de bens ornamentação /iluminação	66.308,07		33.154,04			33.154,04				
Aluguer de purificadores de água*	5.765,26		5.579,28			1.047,60				
"Equipamento Básico" - Aluguer de tendas	39.096,58		39.096,58							
"Equipamento Básico" - desfibrilhador	16.427,88		6.135,24		6.135,24	4.157,40				
TOTAL	296.342,21	35.119,26	128.935,80		19.242,22	82.823,48	56.311,86	0,00	0,00	0,00

(*) O valor acumulado de rendas contingentes agrega a importância paga no exercício relativo a um contrato outorgado anterior a 2025 e findo.



6.3 - LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCADORES

O município não mantém quaisquer bens em regime de locação financeira enquanto Locador.

6.4 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCADORES

Não aplicável.

Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos

Não aplicável.

Nota 8 – Propriedades de Investimento

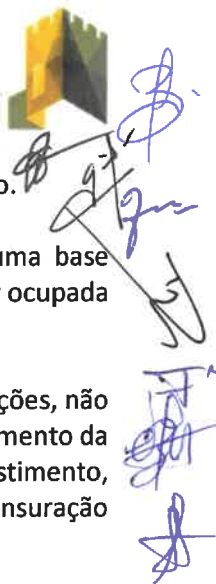
Quadro 8.2 – Propriedade de Investimento – Modelo do Custo

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público									
Terrenos e recursos naturais	38 587,39								38 587,39
Edifícios e outras construções	1 546 033,74			- 45 253,86					1 500 779,88
Outras propriedades de investimento									
Propriedades de Investimento em curso									
TOTAL	1 584 621,13			- 45 253,86					1 539 367,27

Rúbrica	Designação	Rendimentos do período	
		Rendas	Gastos
1.	Propriedades de Investimento		
PI1	Bens de domínio público		
PI2	Terrenos e recursos naturais	150,00	
PI3	Edifícios e outras construções	11.202,00	
PI4	Outras propriedades de investimento		
PI5	Propriedades de Investimento em curso		
	TOTAL	11.352,00	

Para a análise em apreço refira-se que o atraso na implementação do sistema de contabilidade de custos e de gestão impossibilitou aferir, com exatidão, a quantia despendida durante o período do relato com os imóveis detidos para valorização de capital ou obtenção de rendas (cozinhas regionais, bar da ribeira do Juncal, central de camionagem, quiosque). Deste modo parece-nos não ser razoável, neste caso, refletir na coluna dos gastos do período, exclusivamente, os gastos diretos (custo das matérias consumidas e os fornecimentos e serviços externos).

No caso de tratar-se de propriedade detida para fins estratégicos que compreende uma componente detida para obter renda (locação operacional numa base comercial) e outra parte detida para uso no fornecimento de bens e serviços ou para finalidade administrativa, não sendo possível efetuar separadamente a operação de venda (ou locação financeira) reconhece-se a propriedade como ativo fixo tangível, na medida em que a parte detida para uso na produção/fornecimento bens ou serviços/fins administrativos é significativamente maior.



Nesta situação, em concreto, encontram-se o bar das piscinas descobertas e o hangar do aeródromo.

Relativamente à central de camionagem, o edifício foi detido exclusivamente para arrendar numa base comercial, não obstante, há uma componente do acordo integral pouco significativa destinada a ser ocupada pelo município com a função de hangar para os veículos pesados de passageiros.

Contudo, perante a ausência de mercado dinâmico caracterizado por insuficiente número de transações, não podemos deixar de referir a dificuldade com que os serviços se deparam no que concerne ao cumprimento da condição de obrigatoriedade de determinação do real valor de mercado das propriedades de investimento, designadamente, para efeitos de divulgação, no caso em apreço, mensurado pelo modelo de mensuração inicial e subsequente pelo custo.

Assinala-se, para esta análise, a outorga em 29/07/2025 do aditamento ao contrato n.º 58/2015 celebrado com a sociedade Virilis, Comercio de Automóveis Lda. relativo à prorrogação do direito de superfície de uma parcela de terreno com a área de 843m², para exploração de posto de abastecimento de combustíveis sito em Mogadouro, pelo prazo de 10 anos, pela importância de 10.170,00€ a liquidar em quatro prestações anuais e iguais de 2.452,50€, sendo a primeira no ato do contrato e as restantes no decurso do mês de junho dos três anos subsequentes.

De salientar, ainda, a concessão de exploração do bar e esplanada das piscinas descobertas do complexo desportivo durante o período balnear de 15/06/2025 a 15/09/2025 (contrato n.º 72/2025) com o valor mensal de 2.010,00€ a pagar pelo concessionário Rui Miguel Pires Bizarro.

É de referir, também, a celebração de contrato de concessão de exploração do quiosque pelo prazo de 5 anos não renováveis com Nelson de Jesus Pereira mediante deliberação na reunião do órgão executivo de 13/05/2025 com entrega de caução correspondente a 3 meses a 69.00 €/mês.

Quadro 8.2A - Propriedade de Investimento – Modelo do Custo – Adições

Não ocorreram adições.

Quadro 8.2B - Propriedade de Investimento – Modelo do Custo – Diminuições

Durante o exercício de 2025, também, não ocorreram diminuições.

Nota 9 – Imparidade de ativos

9.1 - ATIVOS NÃO GERADORES DE CAIXA

Não se verificaram perdas por imparidade em ativos não geradores de caixa no período de relato.

9.2 - ATIVOS GERADORES DE CAIXA

Apesar da atual conjuntura económica de incerteza, o município preparou as projeções dos fluxos de caixa com base em pressupostos razoáveis e suportáveis que representem a melhor estimativa de condições económicas que existirão durante a vida útil remanescente dos ativos, dando maior ponderação a evidências externas.

Neste contexto não foi avaliada a eventual existência de indícios que possam originar imparidades nos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento e da sua parcial ou total recuperabilidade.

Não obstante, face à reduzida participação de 4,56% do município no capital social da sociedade Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda reporta-se a operação “Gota d’Água” no âmbito de inquérito que corre termos no DIAP Regional do Porto (1ª secção) visando a investigação da atuação do laboratório acreditado para o controlo de qualidade da água de municípios, entre os quais se inclui o Município de Mogadouro, do



qual resultou em suspensão do exercício de funções dos respetivos arguidos impactando o exercício da atividade operacional da empresa com inevitável repercussão nos resultados a distribuir pelos sócios.

Face ao exposto, pese embora, o valor materialmente pouco relevante do instrumento financeiro neste contexto de incerteza julga-se oportuno o ajustamento na respetiva participação financeira mensurada pelo custo através do registo da imparidade de investimentos não depreciáveis relacionada com a dissolução (julgue-se ainda que informal) da empresa participada Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda.

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

ATIVO	NATUREZA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA RECUPERAVEL	MODELO UTILIZADO	
					JUSTO VALOR	VALOR DE USO
Cientes, contribuintes e utentes	gerador de caixa	60 927,59 €	49 322,00 €	11 605,59 €	X	
Investimentos Financeiros - Participações de Capital	gerador de caixa	3 740,98 €	3 740,98 €	0,00 €	X	
Total		64 668,57 €	53 062,98 €	11 605,59 €		

Quadro 9.2 – Movimentos de imparidade por ativos

Classe	Saldo Inicial	Reforço/ Reversão	Saldo final
Cientes, contribuintes e utentes	48 853,02 €	468,98 €	49 322,00 €
Investimentos Financeiros	0,00 €	3 740,98 €	3 740,98 €
Total	48 853,02 €	4 209,96 €	53 062,98 €

Nota 10 – Inventários

Depreende-se da leitura da nota à conta 623 - materiais de consumo, que mesmo que sejam inventariáveis os bens de consumo, tais como peças e outros materiais de manutenção, material de escritório, artigos de higiene e limpeza, entre outros, deverão ser registados na conta 623 – materiais de consumo, conforme a seguir transcrito: “Se, em casos excecionais, existirem no final do período de relato materiais de consumo em armazém de valor relevante, os gastos originalmente registados nesta conta devem ser transferidos para a conta 281 - Gastos a reconhecer, em obediência ao regime do acréscimo. No período seguinte, a quantia de tais gastos deve ser novamente transferida para esta conta, na medida do seu consumo.”, sendo esse valor o correspondente a 25% do valor adquirido individualmente.

Assim, e em consonância com o preconizado nas notas de enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, relativamente aos materiais de consumo infra referidos, com intuito de mitigação da atual derrogação da reclassificação de existências não operacionais no item de Fornecimento e Serviços Externos, optou-se por proceder à reclassificação das contas 31.x-Compras e 33.x- Inventários para a conta 28.1.9.x- diferimento de gastos a reconhecer no período de utilização, continuando-se a utilizar o critério de valorização do custo médio ponderado.

Do qual resulta o seguinte quadro de apuramento de valores:

Movimentos	Diferimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	34 522,71	48 767,34	83 290,05
Compras	201 045,32	228 561,32	429 606,64
Regularização de existências +/-	-1 470,49	0,00	-1 470,49
Existências finais	35 967,50	45 236,24	81 203,74
Custos no exercício 2025	198 130,04	232 092,42	430 222,46



Quadro 10.1 – Inventários

Rubricas	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-subsidiárias e de consumo	45 236,24	0,00	45 236,24
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	45 236,24	0,00	45 236,24

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período de 2025							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perda por imparidades	Reversões de perdas por imparidades	Outras reduções de inventários (quebras)	Outros aumentos de inventários (sobras)	
Mercadorias									
Matérias-subsidiárias e de consumo	48 767,34	228 561,32	232 092,42		0,00	0,00	0,00	0,00	45 236,24
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	48 767,34	228 561,32	232 092,42		0,00	0,00	0,00	0,00	45 236,24

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos no módulo de gestão de aprovisionamento do software house.

Não existem no final do período inventários dados como penhor de garantia de passivos, de acordo com o disposto na alínea h) da nota 10.1 do anexo (modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras).

Nota 11 – Agricultura

O município não deteve ativos biológicos, quer no presente, quer no passado, enquadrada na NCP 11.

Nota 12 - Contratos de construção

A atividade do município não origina nenhuma atividade que se relacione com contratos de construção, na ótica da entidade contratada para a execução dos trabalhos (o construtor) conforme preconizado na NCP 12

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, têm a seguinte decomposição:



Tipo de transação com contraprestação - 2025	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	1.426.472,37
Saneamento	500.739,78
Trabalhos por Conta de Particulares	960,00
Cemitérios	2.157,28
Serviços Sociais	35.692,30
Serviços recreativos	498,20
Serviços Culturais	12.189,23
Serviços desportivos	90.792,32
Outros Serviços específicos	782.499,46
Vistorias e ensaios	943,80
Outros Serviços	0,00
Venda de bens	522.131,11
Outras mercadorias	4.139,05
Produtos acabados e intermédios	510.711,71
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	7.280,35
Juros dividendos e outros rendimentos simulares	14.000,00
Juros, dividendos e outros rendimentos simulares	14.000,00
Royalties	0,00
Dividendos ou distribuições similares	0,00
Outros	1.302.218,32
Alienações Ativos fixos tangíveis	171.499,70
Rendas em propriedades de investimento	902.012,21
Correções relativas a períodos anteriores	221.799,25
Outros rendimentos	6.907,16
TOTAL	3.264.821,80

Nota 14-Rendimento de transações sem contraprestação

Os réditos alcançados no exercício findo apresentam a sua decomposição pela seguinte tipologia:

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em 2025		Rendimento do período reconhecido em 2025		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	1.320.712,27				
Derrama	332.006,86				
Imposto municipal sobre imóveis	755.503,80				
Imposto único de circulação	233.201,61				
Impostos indiretos	243.323,97				
Loteamentos e Obras	600,60				
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	2.516,95				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	240.206,42				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00				
Taxas	63.219,15				
Mercados e feiras	12.534,00				
Loteamentos e obras	25.423,06				
Ocupação da via pública	3.592,00				
Taxa sobre o ruído	954,60				
Outras	20.715,49				
Multas e outras penalidades	7.685,43				

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em 2025		Rendimento do período reconhecido em 2025		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Juros de mora	7.076,43				
Multas e coimas por infrações ao Código da Estrada e legislação afim	609,00				
Transferências sem condição	13.451.033,52				
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	9.498.674,00				
Fundo Social Municipal (FSM)	166.945,00				
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	1.014.710,00				
Participação do IVA	40.419,00				
Outras	373.417,90				
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	1.938.165,00				
Serviços e Fundos Autónomos	264.930,84				
Segurança Social	15.370,08				
Outras entidades	138.401,70				
Transferências com condição	1.757.313,11				
Subsídios sem condição	0,00				
Subsídios com condição	0,00				
Legados, ofertas e doações	0,00				
Outros	0,00				
Trabalhos para a própria entidade	0,00				
Reversões	0,00				
TOTAL	16.843.287,45				

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - PROVISÕES

Não foram constituídas provisões para os processos judiciais em curso, interpostos por terceiros ao Município de Mogadouro, uma vez que o valor envolvido nas indemnizações reclamadas é impossível mensurar com fiabilidade.

15.2 - ATIVOS CONTINGENTES

Processos em tribunais:

Os ativos contingentes surgem de acontecimentos não planeados ou inesperados que não estão totalmente sobre o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para a entidade.

À data do relato são conhecidos os processos judiciais que poderão resultar em influxos futuros para o Município de Mogadouro.

Processo n.º	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/outros	Estado do Processo
116/13,3BEMDL	Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território	Ação Administrativa Especial de Impugnação de Ato Administrativo e de Condenação à prática do ato devido e, cumulativamente, Ação Administrativa Comum de Condenação	30 000,01	Foram notificados da sentença no dia 23/01/2025, tendo esta decidido pela procedência total da ação e, bem assim, a condenação do réu à prática de um novo ato administrativo após a audiência prévia do Autor e a anulação do ato administrativo anterior. Aguarda-se que seja proferido despacho pelo TAF sobre a admissão do recurso apresentado pela Autora para o TCA Norte



Processo n.º	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/outros	Estado do Processo
79/25.2BEMDL	Impugnante: Movhera - Hidroelétricas do Norte, S.A. Impugnado: Autoridade Tributária e Aduaneira Contrainteressado: Município de Mogadouro	processo de impugnação ref: 004667072 de 05/03/2025	3 000 000,00	A Movhera impugnou pedindo a anulação do IMI. O município apresentou contestação. Em 13 de Janeiro de 2026 foi proferida sentença que deu razão ao Município de Mogadouro, mantendo o IMI liquidado. É expectável que haja recurso da decisão. No caso do Município obter vencimento arrecadará valor inicial de cerca de 3 milhões de euros correspondente a 4 anos de IMI e passará a ter receita corrente de cerca de 600 mil euros/ano.
6/25.5BEMDL	Impugnante: EDP Gestão de Produção de Energia, S.A. Impugnado: Autoridade Tributária e Aduaneira Contrainteressado: Município de Miranda do Douro e Outros	processo de impugnação ref: 0046672996 de 01/04/2025		A EDP impugnou as liquidações de IMI. Ainda não teve decisão. Relativamente ao negócio da venda das barragens é expectável que a EDP recorra á via judicial para impugnar a liquidação dos impostos devidos. No caso do Município obter vencimento de causa terá direito a uma receita significativa em sede de IMT e IMI correspondente e na proporção do valor de venda da barragem de Bemposta.

15.3 - PASSIVOS CONTINGENTES

Um passivo contingente deve ser apenas divulgado, pela natureza do seu passivo contingente e as quantias associadas aos mesmos, por se considerar o baixo grau de probabilidade de gerar exfluxos. Da análise efetuada, à listagem dos processos judiciais remetidos pelos advogados que prestam patrocínio judicial ao Município, divulgam-se os processos judiciais para os quais não foram constituídas provisões por se considerar o baixo grau de probabilidade de perda, ou obrigação passível de gerar exfluxos de recursos, mas de quantia incerta, sendo os mesmos reavaliados periodicamente.

Processos em tribunais interpostos por terceiros:

Processo n.º	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/outros	Estado do Processo
238/18.4BEMDL	Cassandra Allen Ribeiro	Responsabilidade Civil por acidente	25 469,34	Foi realizada perícia médico-legal. O próximo passo será o julgamento. Atento o facto de existir seguradora, a responsabilidade e a probabilidade do Município ser condenado parece ser diminuta.
74/18.8BEMDL	Maria Fernanda dos Santos Pinto	Responsabilidade Civil Extracontratual	251 857,00	Aguarda-se despacho sobre as exceções invocadas nos autos. Atento o facto de existir um processo cível idêntico onde o Município foi absolvido, a possibilidade do Município ser condenada é muito diminuta, para não dizer inexistente.
100/19.3PT8MGD	António Justino Esperança, Norinfesp-Gestão e Investimentos Imobiliários Lda., Norpul – Tratamento Técnico de Pavimentos, Lda. e Orlanda da Conceição Xavier Fitas Esperança	Ação especial de expropriação	30 000,01	Terminada a fase de perícia foi agendada a produção de prova para 11/2/2026. Já foi entregue à ordem do processo o valor considerado pela perícia colegial (113,518,00€). O Requerente recorreu sendo feita nova perícia (301,358,00€). O pior dos cenários será pagar o diferencial sobre esta quantia.
247/22.9BEMDL	Abecasis, Moura Marques & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL	Ação Administrativa comum	576 596,35	Terminada a fase dos articulados. Existe possibilidade do Município ter de pagar algum valor do peticionado.
263/13.1BEMDL	Águas do Norte, SA	Ação Administrativa Comum de Condenação	174 254,22	O supremo Tribunal Administrativo, em acórdão proferido a 11/04/2024 decidiu admitir o recurso de revista. Aguarda-se a reabertura da audiência final pelo Tribunal de 1ª instância para apreciação da factualidade em falta e a consequente prolação de nova sentença.

Processo n.º	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/outros	Estado do Processo
162/14.0BEMDL	Águas do Norte, SA	Ação Administrativa Comum de Condenação	426 196,40	Os autos aguardam pela realização da audiência de julgamento após o Município ter submetido requerimento a atualizar a prova testemunhal.
18/15.9BEMDL	Águas do Norte, SA	Ação Administrativa Comum de Condenação	688 744,32	Os autos aguardam ulteriores desenvolvimentos, nomeadamente pela prolação de nova sentença pelo Tribunal de 1.ª instância.
433/15.8BEMDL	Águas do Norte, S.A	Ação Administrativa Comum de Condenação	835 799,88	Os autos aguardam trâmites ulteriores, após terem sido apresentadas contra-alegações de recurso.
96/18.9BEMDL	Águas do Norte, S.A	Ação Administrativa Comum de Condenação	903 938,18	Os autos aguardam posteriores desenvolvimentos, nomeadamente, a marcação de data para continuação da audiência prévia.
498/19.3BEMDL	Águas do Norte, S.A	Ação Administrativa	1 897 162,93	Os autos aguardam posteriores desenvolvimentos processuais, designadamente, a realização da audiência de julgamento.
227/21.1BEMDL	Águas do Norte, S.A	Ação Administrativa	976 960,16	Os autos aguardam posteriores desenvolvimentos processuais, designadamente, a designação de data para realização de audiência final.
386/22.6BEMDL	Águas do Norte, S.A	Ação Administrativa	1 975 225,72	Os autos aguardam posteriores desenvolvimentos processuais, designadamente, a designação de data para realização de audiência final.
433/23.4BEMDL	Águas do Norte, S.A	Ação Administrativa	1 047 122,02	Os autos aguardam posteriores desenvolvimentos processuais, designadamente, a designação de data para realização de audiência final.
459/24.0BEMDL	Águas do Norte, S.A	Ação Administrativa	1 140 386,24	Os autos aguardam posteriores desenvolvimentos processuais, designadamente, a designação de data para realização de audiência final.
218/25.1BEMDL	Ministério do Ambiente e da Energia	Ação Administrativa	30 000,01	Aguarda desenvolvimentos, nomeadamente a apreciação pelo Tribunal do incidente de inutilidade superveniente da lide deduzida pelo Autor.
TOTAL			10 979 712,78	

Nota 16 – Efeito de alterações em taxas de câmbio

Não se verificou informação a reportar no período. A moeda de apresentação é o Euro.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de balanço

Tendo-se constatado desde a crise pandémica um aumento substancial dos preços das matérias primas, produtos agroalimentares e de outros materiais, o qual tem sido exacerbado pela crise energética e pelo agravamento do conflito bélico na Ucrânia e no médio oriente e mais recentemente com adoção de política económica protecionista pelos EUA com o anúncio da aplicação de tarifas aduaneiras, são alguns dos acontecimentos externos com impactos económicos significativos cuja retoma da normalidade continua imprevisível.

Perante estas circunstâncias de incerteza é expectável que alguns dos procedimentos de empreitadas de obras públicas e fornecimento de bens e serviços poderão ficar desertos, e os contratos já celebrados poderão deixar de ser executados de forma exata e pontual fruto desta realidade, com consequências nos atrasos de conclusão, abandono de obra e de potenciais litígios entre entidades adjudicantes e adjudicatários no que concerne, designadamente, na aplicação de sanções contratuais e/ou direitos a revisão de preços.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, num contexto de conjuntura global particularmente difícil, pese embora a economia nacional permanece resiliente, com a inflação estabilizada e taxas de juro de referência na ordem dos 2% são fortes os fatores conjunturais que apontam para o agravamento das condições de vida para as famílias e para o estado a partir do 1.º trimestre de 2026.



Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Quadro 18.1 - ATIVOS FINANCEIROS

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por Imparidade	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo	451 630,48	0,00		0,00	0,00	0,00		3 740,98	0,00	447 889,50
Laboratório Regional Trás-os-Montes, Lda	3 740,98							3 740,98		0,00
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	447 889,50							0,00		447 889,50
Outros Ativos financeiros	398 248,89	0,00		0,00	32 422 935,83	0,00			32 439 308,50	381 407,24
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	0,00				21 949 698,06				21 949 698,06	0,00
Cientes Contribuinte e Utentes										
Clientes c/c	0,00				4 387,45				4 387,45	0,00
Clientes títulos a receber	219,07				61,96				75,48	205,55
Contribuintes	3 845,57				1 605 220,13				1 605 408,92	3 656,78
Utentes	223 686,09				5 424 921,46				5 545 268,84	103 338,71
Cobrança duvidosa	69 824,89				112 986,92				121 884,22	60 927,59
Perdas por imparidade acumuladas	-48 853,02				0,00			468,98		-49 322,00
Estado e Outros Entes Públicos	45 575,16				1 852 133,84				1 897 709,00	0,00
Impostos e taxas imputados ao período	89 554,81				111 466,09				89 554,81	111 466,09
Devedores por acréscimo de rendimento	0,00				1 196,12				0,00	1 196,12
Outros devedores	14 396,32				1 360 863,80				1 225 321,72	149 938,40
Total	849 879,37	0,00	0,00	0,00	32 422 935,83	0,00	0,00	4 209,96	32 439 308,50	829 296,74

Quadro 18.2 - PASSIVOS FINANCEIROS

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Liquidações	Diminuições		Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros		Perdas de justo valor	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	2 042 613,68	0,00			0,00			
Outros passivos financeiros								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00			544 503,50			544 503,50	0,00
Financiamentos obtidos	0,00			0,00			0,00	0,00
Fornecedores	69 944,03			25 191 932,01			25 230 562,28	31 313,76
Pessoal	0,00			3 319 799,89			3 319 799,89	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	50 211,03			1 836 539,02			1 794 544,36	92 205,69
Fornecedores de Investimento	0,00			10 295 734,75			10 295 734,75	0,00
Outras contas								
Credores por acréscimos de gastos	1 024 440,02			1 049 513,16			1 024 440,02	1 049 513,16
Cauções	888 098,64			477 852,45			421 074,18	944 876,91
Outros credores	9 919,96			5 237 310,53			5 238 827,73	8 402,76
Total	2 042 613,68	0,00		47 953 185,31	0,00		47 869 486,71	2 126 312,28

Quadro 18.3 – Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

	N.I.P.C.	Sede	Fração de capital detido à data do relato	Capital	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final
						Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por Imparidade	
Participações de capital - ao custo					451 630,48								447 889,50
Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda 1	503271985	M. Cavaleiros	4,560%	82 302,00	3 740,98	0,00		0,00	0,00	0,00		3 740,98	0,00
Fundo de Apoio Municipal (FAM)2	513319182	Lisboa	0,107%	417857175,00	447 889,50	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	447 889,50
Participações de capital - ao justo valor													
...													
TOTAL					451 630,48							3 740,98	447 889,50

Relativamente à participação do Município de Mogadouro no capital social do Laboratório Regional de Trás-os-Montes. Lda., foi reconhecida uma perda por imparidade, resultante do encerramento definitivo da atividade da sociedade durante o ano de 2024 conforme consta do Relatório do Conselho de Gestão e Contas 2024 aprovado em 2025/03/11, decorrente do processo criminal intitulado operação “Gota d’ Água”. Esta perda está alavancada na celebração de acordos para a extinção do vínculo laboral de colaboradores e de procedimentos de declaração de caducidade de contratos ainda durante o ano de 2024, assim como, tendo subjacente a intenção de alienação de ativos, pese embora, ainda não se tenha conhecimento de registo formal da dissolução da entidade.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Política contabilística

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais que decorram da aplicação legal.

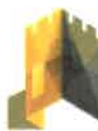
Todo o pessoal ao serviço do município foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

1 Capital social nominal subscrito está realizado na totalidade.

2 Capital realizado no valor de 12.441,39€ por contrapartida da dedução da aplicação do rendimento na participação de capital no FAM (n.º 3 artigo 3-B Lei 4-B/2020). Capital subscrito totalmente realizado.

**Gastos em benefícios dos empregados:**

CONTA	DESIGNAÇÃO	2025	2024	Taxa de variação (2025-2024)	2023	Taxa de variação (2024-2023)
63	Gastos com o pessoal	5 301 238,16	5 259 184,99	1%	5 101 123,26	3%
63.0	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de Órgãos autárquicos	154 015,93	149 215,09	3%	162 199,13	-8%
63.2	Remunerações do pessoal	4 134 104,28	4 051 335,08	2%	3 842 750,61	5%
63.2.1	Remunerações certas e permanentes	4 002 859,48	3 926 976,51	2%	3 749 726,37	5%
63.2.2	Abonos variáveis ou eventuais	131 244,80	124 358,57	6%	93 024,24	34%
63.5	Encargos sobre remunerações	925 362,62	933 997,97	-1%	965 305,92	-3%
63.5.1	Sistemas de proteção social	924 503,04	914 330,51	1%	849 227,04	8%
63.5.2	Subsistemas de saúde	859,58	19 667,46	-96%	116 078,88	-83%
63.6	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	41 340,75	38 917,85	6%	51 576,83	-25%
63.6.1	Acidentes no trabalho	41 340,75	38 917,85	6%	51 576,83	-25%
63.6.9	Outros	0,00	0,00	0%	0,00	0%
63.9	Outros encargos sociais	46 414,58	85 719,00	-46%	79 290,77	8%
63.9.2	Subsídios de parentalidade	30 281,38	43 905,36	-31%	20 291,53	116%
63.9.3	Pessoal em reserva ou a aguardar aposentação	1 795,35	23 284,57	-92%	12 399,64	88%
63.9.5	Encargos com a saúde	0,00	2 476,19	-100%	31 141,31	-92%
63.9.6	Subsídio familiar a crianças e jovens	12 234,09	13 424,39	-9%	11 366,56	18%
63.9.7	Outras prestações familiares	1 268,76	2 568,49	-51%	1 984,53	29%
63.9.9	Outras despesas de segurança social	835,00	60,00	1292%	2 107,20	-97%

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

20.1 - DIVULGAÇÃO DE CONTROLO

O Município não detém participação em entidades controladas, ou seja, não detém atividade empresarial local nos termos do disposto no artigo 19 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

20.2 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Não aplicável.

20.3 - PESSOAS-CHAVE DA GESTÃO

Não aplicável.

Nota 21 – Relato por segmentos

Não aplicável.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

22.6 - Interesses em entidades controladas

Não aplicável.

Nota 23 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período

23.1 - Detalhe da conta de Diferimentos

De seguida apresenta-se a posição da rubrica “diferimentos” do ativo e do passivo, a 31/12/2025 e 31/12/2024.

Conta patrimonial	DIFERIMENTOS	2025	2024
28.1.9.01.9.1.x	Outros gastos a reconhecer até 12 meses	35 967,50	34 522,71
28.1.9.01.9.1.1	Peças, ferramentas e utensílios	57,01	266,93
28.1.9.01.9.1.2	Combustíveis e lubrificantes	00,00	321,54
28.1.9.01.9.1.3	Material de Escritório	20 678,92	19 308,45
28.1.9.01.9.1.5	Material de educação, cultura e recreio	47,04	47,04
28.1.9.01.9.1.6	Artigos de higiene, limpeza, vestuário e artigos pessoais	13 286,94	14 435,14
28.1.9.01.9.1.8	Produtos químicos e de laboratório	1 897,59	143,61
28.1.9.01.9.9	Outras (Seguros, serviços de manutenção e assistência técnica...)	74 728,18	90 516,18
28.1.9.02.9	Outros gastos a reconhecer a mais de 12 meses - licença software	00,00	2 785,05
	Total de Ativos	110 695,68	127 823,94
	Rendimentos a reconhecer	00,00	00,00
	Total de Passivos	00,00	00,00

23.2 - Participação em entidades não societárias

RUBRICAS	N.I.P.C.	CAE	Sede	Data de participação	Fração de capital detido à data do relato	2025		Natureza/Forma Jurídica	Regime contabilístico da entidade participada	Observações
						Quota parte do município para as despesas de funcionamento (em euros)	Participação efetivada através de pagamento de quota anual imposta pelos estatutos da entidade em causa			
			Total				147 235,43	10 834,62		
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	94110	Av Marnoco e Sousa,n.º 52, 3004-511 Coimbra	22/02/1985	0,319%		5 084,62		SNC	Despesa corrente com inscrição de delegados no congresso no valor de 565,00€
AMTFNT - Assoc. Mun. Terra Fria do Nordeste Transmontano	504004522	94995	Rua Visconde da Bouça, Ap 238, 5300-903 Bragança Tel: 273327680 Email: am.terrafria@amtf-nt.pt	21/04/1995	19,750%		56 423,64		SNC AP	12 mensalidades
Associação de Municípios do Baixo Sabor de Fins Específicos	507784529	94110	Rua Manuel Seixas n.º 19, 5160-290 Torre de Moncorvo Tel: 279254058 email: ambaixosabor@gmail.com	14/08/2007	25,000%		21 561,67		SNC AP regime simplificado	despesas correntes de janeiro a outubro de 2025
Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos	503518689	84114	Av Combatentes Grande Guerra ed GAT 5160-217 Torre Moncorvo, Tel: 279200740 Email: gera@amdourosuperior.pt	22/08/1994	17,900%		69 250,12	3 500,00	SNC AP	exclui transações entre partes relacionadas - RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS:730.741,13€; fornecimento imobilizado: 14.243,39€
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-Os-Montes	510957544	84130	Rua Visconde da Bouça Ap 238 5300-903 Bragança	29/10/2013	10,270%			0,00	SNC-AP	exclui transações entre partes relacionadas - transporte passageiros: 252.633,62€
Turismo do Porto e Norte de Portugal E.R.	508905435	84123	Castelo de Santiago da Barra 4900-360 Viana Castelo	03/03/2009	1,160%			1 500,00	SNC-AP	
Douro Superior Associação de Desenvolvimento	503508985	94991	Av Combatentes Grande Guerra ed GAT 5160-217 Torre Moncorvo	22/07/1994	20,000%			500,00	SNC	
Associação De Olivicultores de Trás-Os-Montes e Alto Douro	502134615		Rua Centro Transmontano S. Paulo N.75 5370-381 Mirandela					250,00		

23.3 - Detalhe da conta transferências e subsídios obtidos – subsídios para investimento por financiamento

Identificação do Financiamento						Provetos Diferidos				
N.º	Descrição	Data Homologação	Acrescimos e Diferimentos	Valor Financiado	Quota Inicial	Extraordina- rios	Anos Anteriores	Exercício	Total	(Por Diferido)
1	PISCINA COBERTA	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	374 098,42	9 513,84	0,00	180 763,26	9 513,90	190 277,16	183 821,26
10	ABASTECIMENTO DE AGUA 2ª E 3ª FASE ZONA POENTE	02/01/2007	59.3.1.4.1.99.09	394 642,88	34 435,38	0,00	323 697,31	15 904,44	339 601,75	55 041,13
101	CAIS FLUVIAL DE PEREDO DE BEMPOSTA	31/12/2012	59.3.1.1.1.01.09.01	50 000,00	2 500,00	0,00	47 500,10	2 499,90	50 000,00	0,00
102	CAIS FLUVIAL DE BEMPOSTA	31/12/2012	59.3.1.1.1.01.09.02	90 000,00	4 500,00	0,00	85 500,00	4 500,00	90 000,00	0,00
103	CENTRAL DE CAMIONAGEM DE MOGADOURO	06/08/2018	59.3.1.4.1.19	581 747,05	25 975,42	0,00	285 843,94	18 283,20	304 127,14	277 619,91
104	E.M. VILARINHO DOS GALEGOS A VENTOEZEL	31/12/2012	59.3.1.4.1.97.05	511 092,56	34 104,14	0,00	511 092,56	0,00	511 092,56	0,00
105	BARRAGEM DE SALDANHA	31/12/2012	59.3.1.4.1.97.07	75 615,00	3 780,75	0,00	68 053,49	3 780,78	71 834,27	3 780,73
106	ARRANJO URBANISTICO DA ENTRADA DE URROS	31/12/2012	59.3.1.4.1.20	246 286,85	12 314,34	0,00	221 658,12	12 314,34	233 972,46	12 314,39
107	ENVOLVENTE DO MERCADO MUNICIPAL	31/12/2012	59.3.1.4.1.14	1 445 219,21	72 310,96	0,00	1 301 597,38	72 310,98	1 373 908,36	72 310,85
108	ARRANJO URB. BAIRRO CARRASCO / VALADO	31/12/2012	59.3.1.4.1.16	242 182,33	12 109,12	0,00	230 073,34	12 108,99	242 182,33	0,00
109	PAVIMENTAÇÃO ENTRE VARIZ E SALDANHA	31/12/2012	59.3.1.4.1.97.06	323 359,68	19 021,16	0,00	323 359,68	0,00	323 359,68	0,00
111	COMPLEXO DESPORTIVO DE MOGADOURO	31/12/2012	59.3.1.4.1.12	126 118,63	4 079,41	0,00	77 509,04	4 079,42	81 588,46	44 530,17
112	ESTADIO	31/12/2012	59.3.1.4.1.13	630 360,44	20 389,55	0,00	387 401,50	20 389,41	407 790,91	222 569,53
113	RECINTO DAS FEIRAS	31/12/2012	59.3.1.1.1.01.09.06	525 333,74	6 566,67	0,00	499 066,92	26 266,82	525 333,74	0,00
114	CASA DAS ARTES	31/12/2012	59.3.1.1.1.01.09.07	454 325,31	5 679,07	0,00	154 470,67	9 086,69	163 557,36	290 767,95
115	BIBLIOTECA MUNICIPAL	31/12/2012	59.3.1.1.1.01.09.08	545 548,00	5 244,64	0,00	185 485,00	10 912,92	196 397,92	349 150,08
116	PARQUE DE MERENDAS DE TO	31/12/2012	59.3.1.1.1.01.09.04	31 364,81	1 568,24	0,00	26 659,93	1 568,44	28 228,37	3 136,44
118	REC. EDIF. PUB. ARRANJO URB ZONA ENVOLVENTE PEREDO	31/12/2012	59.3.1.1.1.01.09.11	37 608,88	1 880,44	0,00	31 967,52	1 880,44	33 847,96	3 760,92
119	CASCATA DA FAIA	31/12/2012	59.3.1.1.1.01.09.03	130 667,25	6 533,36	0,00	130 667,25	0,00	130 667,25	0,00
120	ARRANJO URBANISTICO DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO	31/12/2012	59.3.1.4.1.21	542 514,57	27 125,73	0,00	461 137,42	27 125,75	488 263,17	54 251,40
121	REQ. URB. DA ZONA ENVOLVENTE DA ESCOLA DE URROS	31/12/2012	59.3.1.4.1.25	126 356,24	6 317,81	0,00	101 085,01	6 317,77	107 402,78	18 953,46
122	ARRANJ. URB. ENV. DA CAPELA SRA DA ENCARNAÇÃO V. PORCO	31/12/2012	59.3.1.1.1.01.09.05	37 500,00	1 875,00	0,00	31 875,00	1 875,00	33 750,00	3 750,00
123	ARRUAMENTO MAC. PESO, ALGOSINHO, VILA DOS SINOS, VILAR SECO E FIGUEIRINHA	31/12/2012	59.3.1.4.1.22	514 488,89	37 098,95	0,00	455 686,09	19 600,92	475 287,01	39 201,88
125	Casa das Associações/Antigo Edifício do Banco Pinto & Sotto Mayor	10/03/2020	59.3.1.4.1.98.01	264 545,56	4 809,92	3 495,66	22 077,12	5 290,92	30 863,70	233 681,86
128	ESTRADA DA PONTE A SÃO PEDRO	31/12/2012	59.3.1.4.1.23	133 083,30	6 654,17	0,00	119 775,11	6 654,01	126 429,12	6 654,18
129	REPAV. DA ESTRADA DO CRUZ. PEREDO A VILAR SECO	31/12/2012	59.3.1.4.1.24	312 963,00	26 080,25	0,00	312 963,00	0,00	312 963,00	0,00
13	LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE MOGADOURO	31/12/2012	59.3.1.4.1.05	551 457,45	21 496,17	0,00	387 016,53	18 388,68	405 405,21	146 052,24
130	RECINTO DAS FEIRAS	31/12/2012	59.3.1.4.1.97.09	76 496,79	663,34	0,00	72 671,97	3 824,82	76 496,79	0,00
134	PAV DA EM 596-3 DA EN 221 A URROS	31/12/2012	59.3.1.4.1.96.04	129 762,30	7 569,99	0,00	93 171,00	7 209,06	100 926,06	28 836,24
19	ABAST. ÁGUA, SANEAMENTO E PAV A VILAR DO REI	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	219 941,48	10 123,42	0,00	168 222,48	7 177,83	175 400,31	44 541,17
2	PISCINA, PRAÇA E CAMPO DE TÊNIS	31/12/2012	59.3.1.4.1.01	1 231 495,00	37 855,16	0,00	719 248,22	37 855,07	757 103,29	474 391,71
200	REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO	31/12/2012	59.3.1.4.1.96.01	388 183,20	21 860,03	0,00	271 728,18	19 409,22	291 137,40	97 045,80
201	ESCOLA DO 1º CEB E JARDIM DE INFÂNCIA DE MOGADOURO	31/12/2012	59.3.1.4.1.96.05	1 977 578,55	35 388,83	0,00	743 237,29	34 287,02	777 524,31	1 200 054,24
202	REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTORICO DE MOGADOURO- 2ª FASE	31/12/2012	59.3.1.4.1.96.08	1 449 385,05	72 469,25	0,00	942 100,30	72 469,19	1 014 569,49	434 815,56
203	REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTORICO DE MOGADOURO- 1ª FASE	31/12/2012	59.3.1.4.1.96.07	1 542 809,09	78 141,89	0,00	1 002 826,02	77 140,14	1 079 966,16	462 842,93
204	NUCLEO DE COZINHAS REGIONAIS DE MOGADOURO	31/12/2012	59.3.1.4.1.96.09	1 109 678,83	19 236,23	0,00	288 517,32	22 193,64	310 710,96	798 967,87
205	ARRUAMENTO PERIFERICO DA ESCOLA DO 1º CEB E JARDIM DE INFÂNCIA	31/12/2012	59.3.1.4.1.96.10	99 435,69	6 214,73	0,00	93 221,00	6 214,69	99 435,69	0,00
206	BENEFICIAÇÃO DA REDE MUNICIPAL - DIVERSAS ESTRADAS	31/12/2010	59.3.1.4.1.96.02	1 315 669,84	75 597,63	0,00	1 027 136,33	51 886,62	1 079 022,95	236 646,89
207	ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO SETOR NASCENTE - 1ª FASE	31/12/2013	59.3.1.4.1.96.11	1 207 822,83	64 813,83	0,00	724 694,19	60 391,08	785 085,27	422 737,56
208	Polidesportivos descobertos em S. Martinho, Fonte Nova e Castelo Branco	31/12/2012	59.3.1.4.1.96.06	124 057,50	1 550,71	6 720,64	99 245,75	5 685,89	111 652,28	12 405,22
209	Pav da E.M. 595 da E.N. 221 a Peredo de Bemposta	31/12/2012	59.3.1.4.1.96.03	621 473,71	58 076,86	0,00	621 473,71	0,00	621 473,71	0,00
210	II FASE DA ZONA INDUSTRIAL	31/12/2012	59.3.1.4.1.97.08	239 345,37	11 967,27	0,00	239 345,37	0,00	239 345,37	0,00
211	ESTUDO HIDROLOGICO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA RIBEIRA DE S. MARTINHO	29/08/2012	59.3.1.4.1.96.12	245 546,30	2 910,31	0,00	147 327,74	12 277,32	159 605,06	85 941,24
212	PAV. DO CAMINHO DE VALE DA MADRE A ZONA INDUSTRIAL	02/03/2011	59.3.1.4.1.96.15	64 550,03	3 975,00	0,00	41 957,46	3 227,46	45 184,92	19 365,11
213	0408 NORTE RISCOS II 2 P	07/04/2011	59.3.1.4.1.96.13	406 939,16	74 457,40	0,00	406 939,16	0,00	406 939,16	0,00
215	Centro de Interpretação do Mundo Rural	19/07/2016	59.3.1.4.1.96.18	476 230,90	83 846,26	0,00	333 780,53	3 853,50	337 634,03	138 596,87
216	0424 FRONTECO 2 E	30/06/2015	59.3.1.4.1.96.19	105 000,00	5 250,00	0,00	52 500,00	5 250,00	57 750,00	47 250,00
217	POVT-12-0154-FCOES-000218	24/08/2015	59.3.1.4.1.96.20	123 712,37	6 185,62	0,00	61 856,20	6 185,58	68 041,78	55 670,59
218	AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA ELÉTRICA E PONTO DE CARREGAMENTO	23/05/2017	59.3.1.1.1.01.09.09	19 388,50	1 938,85	0,00	15 477,49	1 938,83	17 416,32	1 972,18

Identificação do Financiamento						Proveitos Diferidos				
N.º	Descrição	Data Homologação	Acrescimos e Diferimentos	Valor Financiado	Quota Inicial	Extraordinários	Anos Anteriores	Exercício	Total	Por Diferir
219	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos	11/05/2016	59.3.1.4.1.98.02	79 676,32	4 303,75	0,00	28 389,76	3 945,12	32 334,88	47 341,44
22	ABAST. ÁGUA, SANEAMENTO E PAV. A VALE DE PORCO	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	234 218,33	11 500,07	0,00	191 859,69	8 471,70	200 331,39	33 886,94
220	REDE REGIONAL DE PERCURSOS PEDESTRES DO DOURO SUPERIOR	01/06/2017	59.3.1.4.1.98.03	111 947,46	5 597,37	0,00	32 184,96	5 597,40	37 782,36	74 165,10
221	GRANDE ROTA DO DOURO INTERNACIONAL E DOURO VINHATEIRO	20/10/2016	59.3.1.4.1.98.04	77 502,92	3 875,15	0,00	26 104,58	3 875,16	29 979,74	47 523,18
222	REPAVIMENTAÇÃO DA E.M.593 ENTRE VALVERDE E MEIRINHOS	17/05/2018	59.3.1.4.1.98.05	243 210,96	12 160,55	0,00	85 123,90	12 160,56	97 284,46	145 926,50
223	REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DA ESCOLA PREPARATÓRIA TRINDADE COELHO - ADAPTAÇÃO A CANTINA ESCOLAR	31/12/2023	59.3.1.4.1.98.11	1 546 238,24	23 703,91	2 657,46	30 844,32	30 924,72	64 426,50	1 481 811,74
224	REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS DO ANTIGO BAIRRO DO FFH E ARRANJO URBANÍSTICO DO ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE	13/03/2023	59.3.1.4.1.98.12	2 517 494,48	67 709,92	18 395,96	141 357,29	79 019,40	238 772,65	2 278 721,83
225	REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE URRÓS	09/04/2018	59.3.1.4.1.98.06	381 065,19	22 698,21	0,00	116 501,70	24 103,85	140 605,55	240 459,64
226	REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DA VILA DE MOGADOURO	20/07/2018	59.3.1.4.1.98.07	2 118 934,81	93 730,77	0,00	132 433,44	105 946,74	238 380,18	1 880 554,63
227	Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal	31/12/2021	59.3.1.4.1.98.09	39 667,50	6 612,57	0,00	20 388,85	6 611,22	27 000,07	12 667,43
228	Construção de passadeiras, com características de acalmia de tráfego em Mogadouro	17/12/2019	59.3.1.4.1.98.08	181 233,83	8 956,32	0,00	45 308,40	9 061,68	54 370,08	126 863,75
230	REABILITAÇÃO ENERGÉTICA E FUNCIONAL DO EDIFÍCIO DA PISCINA COBERTA DE MOGADOURO	31/12/2021	59.3.1.4.1.98.13	127 687,02	3 746,32	0,00	11 551,03	3 746,28	15 297,31	112 389,71
231	ESPAÇO DE PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E RAÇAS AUTOCTONES - EPVARA	31/12/2023	59.3.1.4.1.98.14	1 076 608,06	13 671,17	226,98	23 099,57	21 532,20	44 858,75	1 031 749,31
232	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PARAGENS DE AUTOCARROS	31/12/2021	59.3.1.4.1.98.15	77 458,81	6 981,70	0,00	23 883,97	7 744,55	31 628,52	45 830,29
233	EBI E JARDIM DE INFÂNCIA - MELHORAMENTO DE CONDIÇÕES TÉRMICAS	31/12/2021	59.3.1.4.1.98.16	90 784,17	9 976,21	0,00	30 759,67	9 976,18	40 735,85	50 048,32
234	REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO		59.3.1.4.1.98.17	0,00	11 107,16	-45 354,33	34 247,19	11 107,14	0,00	0,00
235	QUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA AAE MOGADOURO EXPANSÃO DA III FASE DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE MOGADOURO	20/11/2023	59.3.1.4.1.98.18	582 981,47	66 199,10	17 089,10	50 920,94	58 298,15	126 308,19	456 673,28
236	LAGOS DO SABOR - LIGAÇÃO DA E.M.593 A PARADELA - BENEFICIAÇÃO E RETIFICAÇÃO DA E.M.593 ENTRE REMONDES E A E.N.216	30/11/2021	59.3.1.4.1.98.19	127 515,42	6 445,55	0,00	20 410,94	6 445,56	26 856,50	100 658,92
238	REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE CASTELO BRANCO	21/11/2023	59.3.1.4.1.98.21	360 836,78	17 435,58	6 506,92	14 541,80	18 041,76	39 090,48	321 746,30
239	REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE MEIRINHOS	22/04/2022	59.3.1.4.1.98.22	216 288,30	12 256,34	0,00	29 739,27	10 814,33	40 553,60	175 734,70
240	REMODELAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DA ÁGUA DE BASTELOS	31/12/2023	59.3.1.4.1.98.23	889 973,81	38 394,14	6 102,20	42 104,66	44 498,64	92 705,50	797 268,31
241	RECINTO DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DOS PRODUTOS DO TERRITÓRIO	24/10/2022	59.3.1.4.1.98.24	990 535,28	6 949,14	518,13	44 055,90	19 810,68	64 384,71	926 150,57
242	REPAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM SANHOANE	13/03/2023	59.3.1.4.1.98.25	269 505,09	12 079,61	2 558,82	22 145,86	13 475,28	38 179,96	231 325,13
243	REPAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS DE VALE DE PORCO	02/05/2023	59.3.1.4.1.98.26	407 226,45	27 402,48	3 085,20	30 850,40	20 361,36	54 296,96	352 929,49
244	REPAVIMENTAÇÕES DE ARRUAMENTOS EM REMONDES	02/08/2024	59.3.1.4.1.98.27	270 000,00	13 500,00	0,00	5 625,00	13 500,00	19 125,00	250 875,00
245	FORESTWATERUP	20/06/2023	59.3.1.4.1.98.28	468 540,01	47 781,07	0,00	44 506,83	47 781,06	92 287,89	376 252,12
246	AÇÕES NO ÂMBITO DO ROITEIRO DAS TERRAS DE MIRANDA, SABOR E TUA - MOBILIDADE ELÉTRICA	15/02/2023	59.3.1.1.1.01.09.09	350 000,00	76 469,12	0,00	136 600,98	76 231,76	212 832,74	137 167,26
249	PROJETO E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA AV. DO SABOR ENTRE A ROTUNDA DO BOMBEIRO E A ROTUNDA DO COGUMELO	23/12/2025	59.3.1.4.1.95.01	1 651 826,61	82 591,33	0,00	0,00	6 882,61	6 882,61	1 644 944,00
252	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ	31/12/2025	59.3.1.4.1.95.04	1 220 799,48	61 039,97	0,00	0,00	5 086,66	5 086,66	1 215 712,82
253	REMODELAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO À PROTEÇÃO CIVIL E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	24/07/2025	59.3.1.4.1.95.05	63 371,04	15 842,76	0,00	0,00	7 921,38	7 921,38	55 449,66
255	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS - CICLOMOTORES/MOTOCLICOS E CADEIRAS RODAS	28/10/2025	59.3.1.4.9.01.03	17 393,63	2 250,95	0,00	0,00	289,90	289,90	17 103,73
27	CONDUTA ELEVATORIA DA BARRAGEM DE BASTELOS À ETA E DESTA A PENAS ROIAS	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	123 511,68	4 411,13	0,00	79 400,39	4 411,03	83 811,42	39 700,26

Identificação do Financiamento						Proveitos Diferidos				
N.º	Descrição	Data Homologação	Acrescimos e Diferimentos	Valor Financiado	Quota Inicial	Extraordinários	Anos Anteriores	Exercício	Total	Por Diferir
28	ADUTORA DA ETA POR PESO, MACEDO DO PESO E SÃO MARTINHO	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	113 465,72	5 140,79	0,00	92 534,27	5 140,71	97 674,98	15 790,74
29	CONDUITA ADUTORA ENTRE AZINHOSO E MOGADOURO	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	201 732,27	7 204,72	0,00	129 685,03	7 204,58	136 889,61	64 842,66
3	PARQUE DE CAMPISMO	31/12/2012	59.3.1.4.1.03	549 545,35	22 661,97	0,00	430 577,58	22 662,00	453 239,58	96 305,77
36	CASA DAS MAQUINAS JUNTO Á BARRAGEM DE BASTELOS	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	72 430,80	2 586,81	0,00	49 149,55	2 587,01	51 736,56	20 694,24
4	PAV. DA ZONA SEMI- INDUSTRIAL/ RUA DOS FRADES	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	251 332,25	16 755,48	0,00	251 332,25	0,00	251 332,25	0,00
5	INFRAESTRUTURAS DO COMPLEXO	31/12/2012	59.3.1.4.1.04	925 004,73	51 389,15	0,00	925 004,73	0,00	925 004,73	0,00
50	E.M. 596- VILARINHOS DOS GALEGOS E BRUÇO	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	517 744,74	28 763,60	0,00	517 744,74	0,00	517 744,74	0,00
51	E.M. 596 LAMOSO E ALGOSINHO	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	386 393,24	24 278,26	0,00	386 393,24	0,00	386 393,24	0,00
53	E.M. 600- VARIZ- VILARIÇA- S. MARTINHO DO PESO	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	374 670,40	23 416,90	0,00	374 670,40	0,00	374 670,40	0,00
55	CASA DA CULTURA	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	1 049 346,41	22 298,65	0,00	510 936,05	26 891,37	537 827,42	511 518,99
56	ETAR- VALE CALHEIROS- MOGADOURO	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	363 997,23	20 222,07	0,00	363 997,23	0,00	363 997,23	0,00
58	BARRAGEM DE BASTELOS	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	941 769,93	44 863,89	0,00	836 758,54	43 782,36	880 540,90	61 229,03
59	ETA DE BASTELOS	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	133 560,00	5 731,31	0,00	103 163,56	3 039,66	106 203,22	27 356,78
6	ABASTECIMENTO DE AGUA 1ª FASE	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	310 025,52	13 122,38	0,00	245 411,71	12 568,50	257 980,21	52 045,31
60	ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO, PAVIMENTAÇÃO A PAÇO E ETAR S DO CONCELHO	31/12/2012	59.3.1.4.1.11	227 489,99	5 411,20	0,00	183 725,40	9 831,36	193 556,76	33 933,23
63	REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO A ALGOSINHO, FIGUEIRINHA E MACEDO DO PESO	31/12/2012	59.3.1.4.1.18	261 128,93	7 712,82	0,00	171 698,45	9 538,80	181 237,25	79 891,68
69	RECT. PAV. AV. SABOR, EN 219 A AZINHOSO E VALCERTO	31/12/2012	59.3.1.4.1.15	132 925,90	8 861,73	0,00	132 925,90	0,00	132 925,90	0,00
72	ABASTECIMENTO ÁGUA, SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO A SANTIAGO	31/12/2012	59.3.1.4.1.17	415 078,12	17 296,68	0,00	304 129,74	10 086,34	314 216,08	100 862,04
74	ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VALCERTO	31/12/2012	59.3.1.4.1.08	261 951,20	11 500,75	0,00	193 151,14	6 879,88	200 031,02	61 920,18
77	ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO A VILA DE ALA	31/12/2012	59.3.1.4.1.09	253 355,36	9 938,22	0,00	175 983,58	7 033,78	183 017,36	70 338,00
80	ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO A SALDANHA	31/12/2012	59.3.1.4.1.10	232 905,61	9 178,33	0,00	153 800,16	7 910,77	161 710,93	71 194,68
83	PAV. DA EM 596 ENTRE A EN 221 E BRUÇO	31/12/2012	59.3.1.4.1.97.03	234 902,25	15 660,15	0,00	234 902,25	0,00	234 902,25	0,00
84	RETA DE VALE DA MADRE	31/12/2012	59.3.1.4.1.97.04	455 651,09	34 374,80	0,00	455 651,09	0,00	455 651,09	0,00
85	E.M. LAMOSO A BEMPOSTA	31/12/2012	59.3.1.4.1.97.02	80 114,77	5 722,48	0,00	80 114,77	0,00	80 114,77	0,00
86	PAVIMENTAÇÃO DA PISTA DO AERODROMO	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.02	138 578,82	5 543,15	0,00	105 319,90	5 543,30	110 863,20	27 715,62
87	HANGAR	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.01	243 498,07	4 869,96	0,00	92 529,24	4 869,96	97 399,20	146 098,87
88	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRO DAS SORTES	31/12/2012	59.3.1.4.1.99.09	220 726,00	14 715,07	0,00	220 726,00	0,00	220 726,00	0,00
89	ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO A FIGUEIRA	31/12/2012	59.3.1.4.1.07	185 661,47	10 004,03	0,00	153 086,45	3 257,70	156 344,15	29 317,32
92	ARRANJO URBANÍSTICO DA FONTE NOVA	31/12/2012	59.3.1.4.1.06	719 349,47	43 538,11	0,00	705 129,95	2 840,26	707 970,21	11 379,26
93	INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO 1ª FASE(ESTEVAIS, PORRAIS, VILARIÇA, VARIZ E SOUTELO)	31/12/2012	59.3.1.4.1.02	947 665,92	52 910,28	0,00	797 541,88	16 558,68	814 100,56	133 565,36
94	RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA RIBEIRA DO JUNCAL	17/05/2013	59.3.1.4.1.96.14	1 089 154,62	56 612,73	0,00	544 577,20	54 457,74	599 034,94	490 119,68
95	Loteamento Industrial de Mogadouro III Fase	19/03/2014	59.3.1.4.1.26	807 604,97	53 840,33	0,00	403 802,27	40 380,24	444 182,51	363 422,46
96	Centro de aldeia tecnológica - Remodelação Escola Primária e Req. Urbana da zona envolvente da Escola Primária de Valverde	17/05/2013	59.3.1.4.1.96.16	127 139,87	3 568,09	0,00	38 347,58	2 485,56	40 833,14	86 306,73
97	Requalificação dos Polidesportivos no Concelho	30/07/2015	59.3.1.4.1.27	222 005,08	9 753,01	0,00	111 002,68	11 099,97	122 102,65	99 902,43
98	Requalificação do Parque Infantil do Bairro S. Sebastião/Polidesportivo	13/04/2015	59.3.1.4.1.28	99 110,00	4 955,00	0,00	94 145,02	4 964,98	99 110,00	0,00
Total...				52 935 031,79	2 565 839,42	22 002,74	27 195 796,82	1 768 420,25	28 986 219,81	23 948 811,98

O montante de “Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis/amortizáveis” resulta da extração do módulo de gestão de património, aquando da associação dos bens inventariados ao projeto financiado, de forma a iniciar-se a imputação aos proveitos do subsídio na mesma proporção da taxa de depreciação dos bens financiados.

23.4 - Detalhe da conta de Transferências e Subsídios Concedidos

O quadro infra referido apresenta a evolução para o biénio 2024/25 das verbas transferidas a título de subvenções e benefícios públicos para outros organismos ou entidades financiarem despesas correntes ou de capital, com ou sem contraprestação direta para a autarquia local.

Rúbrica	Designação	2025	2024	€ Evolução (2025-2024)	% Evolução (2025-2024)
60	Transferências e subsídios concedidos	3 326 054,15	2 747 351,05	578 703,10	21%
60.1	Transferências correntes concedidas	2 780 363,18	2 493 072,55	287 290,63	12%
60.1.1	Estado	2 150,00	0,00	2 150,00	100%
60.1.3	Administração Local	1 269 028,26	1 227 565,11	41 463,15	3%
60.1.3.1	Associações de Municípios	410 703,67	508 630,93	-97 927,26	-19%
60.1.3.2	Município	39 161,20	32 466,15	6 695,05	21%
60.1.3.5	Freguesias	502 367,29	472 046,40	30 320,89	6%
60.1.3.6	Empresas Locais	316 796,10	214 421,63	102 374,47	48%
60.1.5	Segurança Social	104 348,34	80 699,53	23 648,81	29%
60.1.6	Outros setores institucionais	1 404 836,58	1 184 807,91	220 028,67	19%
60.1.6.1	Instituições sem Fins Lucrativos	728 984,38	606 497,75	122 486,63	20%
60.1.6.2	Famílias	675 852,20	578 310,16	97 542,04	17%
60.4	Transferências de capital concedidas	545 690,97	254 278,50	291 412,47	115%
60.4.3	Administração Local	198 490,63	76 733,89	121 756,74	159%
60.4.3.1	Associações de Municípios	0,00	12 396,87	-12 396,87	-100%
60.4.3.5	Freguesias	198 490,63	55 585,59	142 905,04	257%
60.4.3.9	Outros	0,00	8 751,43	-8 751,43	-100%
60.4.5	Segurança Social	20 301,75	48 038,93	-27 737,18	-58%
60.4.6	Outros setores institucionais	326 898,59	129 505,68	197 392,91	152%
60.4.6.1	Instituições sem Fins Lucrativos	194 032,98	60 363,67	133 669,31	221%
60.4.6.2	Famílias	132 865,61	69 142,01	63 723,60	92%

23.5 - Detalhe da conta de Fornecimentos e Serviços Externos

CONTA	DESIGNAÇÃO	2025	2024	2023	taxa de variação (2025-2024)	taxa de variação (2024-2023)
62	Fornecimentos e serviços externos	6 172 049,08	5 795 446,33	5 619 321,99	6%	3%
62.1	Subcontratos e parcerias	866 667,42	943 884,38	941 490,38	-8%	0%
62.1.3	Serviços de transporte	493,54	42 522,92	224 216,10	-99%	-81%
62.1.4	Serviços de alojamento e de restauração	156 823,30	159 122,84	156 173,13	-1%	2%
62.1.6	Serviços de fornecimento de água	14 987,00	13 939,50	11 465,70	8%	22%
62.1.7	Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	677 105,93	711 586,00	549 635,45	-5%	29%
62.1.9	Outros subcontratos ou parcerias	17 257,65	16 713,12	0,00	3%	100%
62.2	Serviços especializados	1 634 957,25	1 289 246,55	1 330 263,95	27%	-3%
62.2.1	Trabalhos especializados	743 788,86	565 036,80	641 926,43	32%	-12%
62.2.1.1	Estudos, pareceres e consultoria jurídica	117 431,90	51 077,22	45 729,06	130%	12%
62.2.1.2	Projetos e serviços de informática	53 467,78	38 966,97	66 625,17	37%	-42%
62.2.1.3	Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	57 640,88	67 016,50	93 373,81	-14%	-28%
62.2.1.4	Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	0,00	12 300,00	0,00	-100%	100%
62.2.1.5	Qualidade e segurança no trabalho	19 952,83	22 740,01	7 560,00	-12%	201%
62.2.1.6	Organização de eventos	201 206,76	125 264,51	186 057,90	61%	-33%
62.2.1.7	Formação ao pessoal	8 478,63	9 988,20	6 526,50	-15%	53%
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	285 610,08	237 683,39	236 053,99	20%	1%
62.2.2	Publicidade, comunicação e imagem	179 790,51	181 643,36	154 619,08	-1%	17%
62.2.3	Vigilância e segurança	99 822,25	76 136,03	57 563,77	31%	32%
62.2.4	Honorários	49 648,95	37 323,20	61 660,00	33%	-39%
62.2.5	Comissões	41 342,04	40 747,95	37 784,84	1%	8%
62.2.6	Conservação e reparação	520 564,64	388 359,21	376 709,83	34%	3%
62.2.6.1	Conservação e reparação de ativos fixos	515 151,56	383 397,68	373 317,33	34%	3%
62.2.6.2	Assistência técnica	4 767,41	4 876,53	3 382,50	-2%	44%
62.2.6.9	Outros gastos de conservação e reparação	645,67	85,00	10,00	660%	750%
62.3	Materiais de consumo	327 413,12	270 521,90	287 180,67	21%	-6%
62.3.1	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4 090,26	7 417,65	10 843,76	-45%	-32%
62.3.3	Material de escritório	35 925,50	30 205,98	39 521,81	19%	-24%
62.3.4	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	126 526,10	109 549,05	116 965,02	15%	-6%

CONTA	DESIGNAÇÃO	2025	2024	2023	taxa de variação (2025-2024)	taxa de variação (2024-2023)
62.3.5	Material de educação, cultura e recreio	10 782,70	10 785,43	21 867,50	0%	-51%
62.3.6	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	55 735,11	46 352,30	42 848,57	20%	8%
62.3.7	Medicamentos e artigos para a saúde	427,56	494,54	0,00	-14%	100%
62.3.8	Produtos químicos e de laboratórios	77 859,39	60 920,17	44 538,11	28%	37%
62.3.9	Outros materiais diversos de consumo	16 066,50	4 796,78	10 595,90	235%	-55%
62.4	Energia e fluidos	1 795 925,57	1 825 184,86	1 928 586,91	-2%	-5%
62.4.1	Eletricidade	1 066 973,10	1 093 241,29	1 083 901,89	-2%	1%
62.4.2	Combustíveis e lubrificantes	359 574,60	317 871,21	374 733,00	13%	-15%
62.4.3	Água	369 377,87	414 072,36	469 952,02	-11%	-12%
62.5	Deslocações, estadas e transportes	373 216,60	333 879,95	218 855,95	12%	53%
62.5.1	Deslocações e estadas	10 145,90	12 712,89	4 913,71	-20%	159%
62.5.2	Transportes de pessoal	281 226,05	258 391,34	198 592,96	9%	30%
62.5.3	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	21 304,09	33 131,74	2 550,00	-36%	1199%
62.5.4	Transporte escolar	60 540,56	29 643,98	12 799,28	104%	132%
62.6	Serviços diversos	1 173 869,12	1 132 728,69	912 944,13	4%	24%
62.6.1	Rendas e alugueres	214 346,11	292 889,97	207 898,71	-27%	41%
62.6.2	Comunicação	112 062,62	128 784,58	110 412,99	-13%	17%
62.6.3	Seguros	76 713,58	74 655,84	65 485,03	3%	14%
62.6.6	Despesas de representação dos serviços	5 747,86	5 812,06	11 028,10	-1%	-47%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	371 484,89	270 382,70	193 433,65	37%	40%
62.6.9	Outros serviços	393 514,06	360 203,54	324 685,65	9%	11%

23.6 – Detalhe da conta Outros Gastos

Totalizando 65.922,73€ a conta 68-Outros Gastos acumula um saldo devedor de 53.618,35€ basicamente por dispêndios com taxas de justiça, de controlo da qualidade de água, entre outras; 1.470,49€ em quebras/perdas em inventários; 1.207,56€ em alienações de ativos fixos tangíveis; 8.064,84€ com abates de ativos não correntes; 1.722,00€ com gastos em propriedades de investimento; entre outras pequenas correções relativas a períodos anteriores com saldo credor de 160,51€.

23.7 - Detalhe de Juros e Gastos similares suportados

Para este agrupamento contribuem principalmente as mensalidades e os encargos bancários com os terminais de pagamento automático instalados nos diversos equipamentos públicos (Tesouraria, Parque de Campismo e Piscinas Municipais), anuidades com cartões de débito, despesas de manutenção de contas bancárias, requisição de cheques bancários, entre outros encargos bancários, no valor global de 4.697,03€.

Este computo contempla, ainda, os encargos com as cauções/garantias bancárias a favor da Administração Hidrográfica do Norte, IP referente ao impacto ambiental das ETAR de Saldanha e Mogadouro (Qta. da Agueira e Qta do Visconde), IP-Infraestruturas de Portugal, S.A e CCDR Norte.

23.8 - Detalhe da conta de Património

Ao longo do ano verificaram-se as seguintes alterações ao Património Líquido:

PATRIMÓNIO LÍQUIDO		2024	ADIÇÕES	DIMINUIÇÕES	2025
51	Património/capital	16 067 419,56			16 067 419,56
51.1	Balanço inicial	16 067 419,56			16 067 419,56
56	Resultados transitados	5 518 151,60	1 503 455,41	2 277 523,47	4 744 083,54
56.1	De períodos anteriores	6 050 480,19		854 975,40	5 195 504,79

PATRIMÓNIO LÍQUIDO		2024	ADIÇÕES	DIMINUIÇÕES	2025
56.2	Regularizações	970 725,78	1 503 455,41	1 422 548,07	1 051 633,12
56.4	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-1 503 054,37			-1 503 054,37
59	Outras variações no património líquido	51 138 155,71	8 560 691,73	1 983 721,32	57 715 126,12
59.3	Transferências e subsídios de capital	50 986 455,82	8 540 691,73	1 983 721,32	57 543 426,23
59.3.1	Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables/amortizáveis	22 030 937,83	5 405 554,22	1 963 316,58	25 473 175,47
59.3.1.1	Administrações Públicas	953 749,57	152 709,62	136 760,80	969 698,39
59.3.1.4	Resto do Mundo	21 077 188,26	5 252 844,60	1 826 555,78	24 503 477,08
59.3.2	Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables/amortizáveis	19 043 158,87	19 765,03		19 062 923,90
59.3.9	Outras transferências e subsídios de capital	9 912 359,12	3 115 372,48	20 404,74	13 007 326,86
59.4	Doações obtidas	151 699,89	20 000,00		171 699,89
88	Resultado líquido do Período	-854 975,40	20 968 242,62	20 127 997,35	-14 730,13
TOTAIS		71 868 751,47	31 032 389,76	24 389 242,14	78 511 899,09

23.9 - ESTRUTURA PATRIMONIAL

O Município de Mogadouro tem apresentado nos últimos exercícios económicos uma situação patrimonial e financeira **bastante sólida**, com um elevado grau de capitalização uma vez que património líquido cobre praticamente todo o ativo.

Os passivos são ínfimos face ao total do ativo representando apenas cerca de **2,64 %** do total do ativo (2,126M /80,638M).

No que concerne à capacidade de honrar compromissos, o município de Mogadouro apresenta um índice de liquidez corrente (5,608 M/2,126 M) de **2,64**, o que significa que a liquidez de curto prazo é muito boa, mais do dobro do que é necessário para cumprir as obrigações a curto prazo.

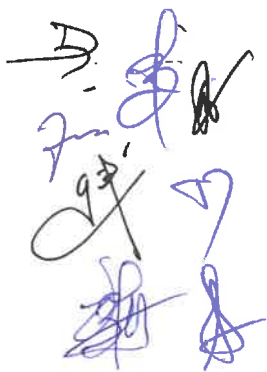
Não há exigências de pagamento a médio ou longo prazo que aumentem o risco de liquidez no futuro, pelo menos em termos de dívidas financeiras.

O **Resultado Líquido Negativo** de 14 730,00€ para o ano de 2025, é pouco significativo face à dimensão do património, registando-se uma variação na ordem dos 98% face ao ano de 2024(-854 975,40€), alavancado principalmente no acréscimo de transferências e subsídios correntes obtidos.

Relativamente ao indicador de autonomia financeira (Património Líquido/Ativo Total), o município de Mogadouro apresenta um grau de autonomia de 97,36%, ou seja, apresenta uma estrutura muito sólida quase sem dependência de capital alheio.

Apresenta como pontos fortes uma solvabilidade muito elevada, um nível de dívida muito baixo e um património líquido muito expressivo face ao total do ativo.

NOTA FINAL O município de Mogadouro tem a sua situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e Autoridade Tributária e Aduaneira, não detém dívidas ao pessoal e teve no ano de 2025, encargos com honorários do ROC no montante de 12.398,40 euros com Iva incluído.



Contabilidade de Gestão

No que se refere ao setor local, o parágrafo 37 da NCP 27 do SNCAP refere que devem ser obtidos mapas de informação indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado (se existir), por cada, nomeadamente: bem produzido ou serviço prestado; função, unidade, departamento ou atividade e/ou; bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa.

À presente data o Município de Mogadouro apenas delinhou o centro de custos na análise da contabilidade de custos ao abrigo do SNC-AP por uma questão de proporcionalidade e adequação à sua dimensão e complexidade operacional. Considerando os recursos disponíveis atualmente e o nível de detalhe necessário para a tomada de decisão, a utilização exclusiva de centros de custos apenas permite uma gestão simplificada da informação contabilística, sem sobrecarregar os serviços com sistemas mais complexos como centro de responsabilidades ou de atividades.

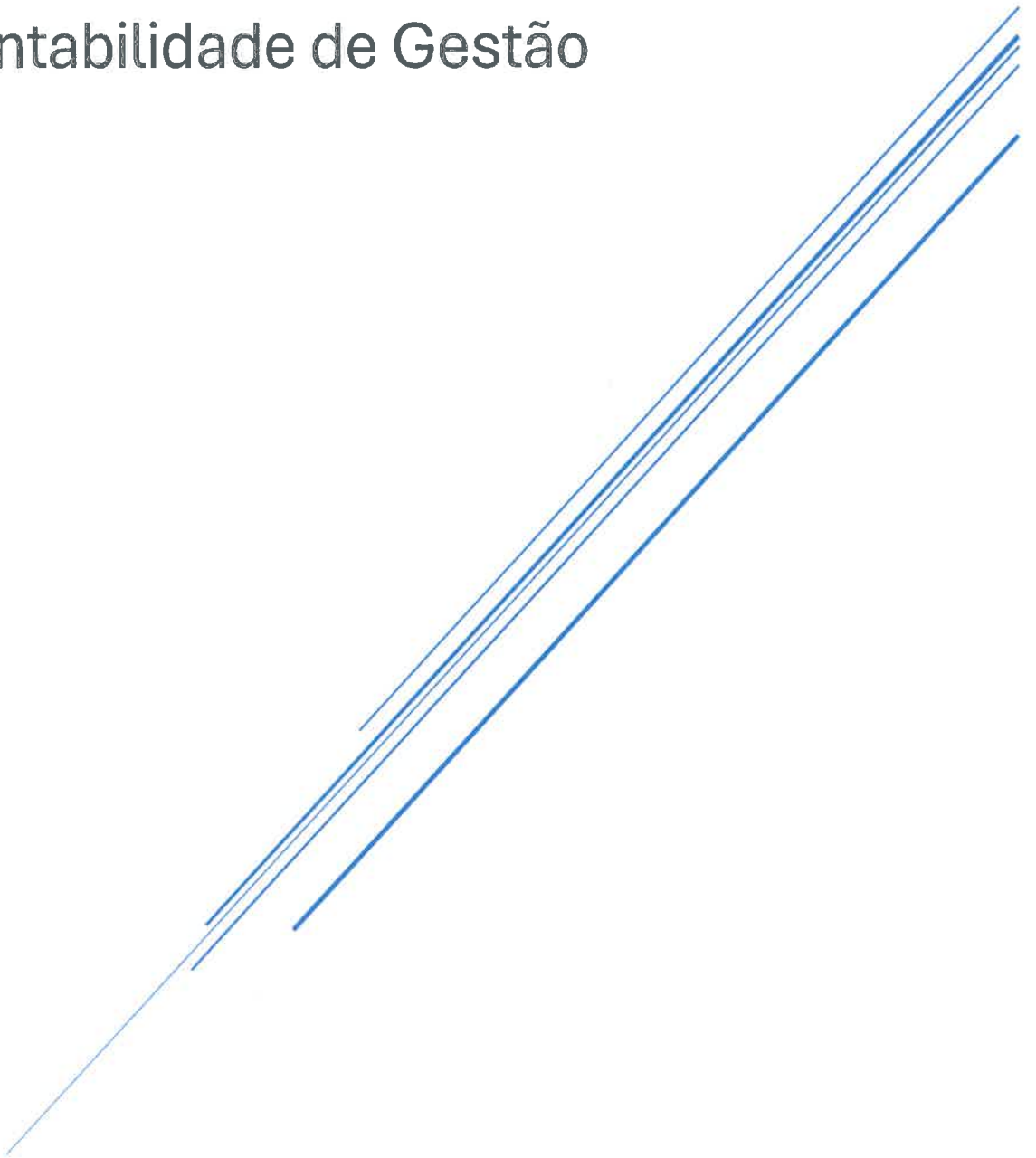
Por enquanto, a estrutura assente na classificação funcional que reflete as principais áreas de atuação definidas por lei para as autarquias locais, utilizando a afetação direta, onde sempre que possível os custos são imputados diretamente ao centro correspondente. Não obstante, no que concerne aos gastos indiretos e gastos comuns, nesta fase ainda não foi possível efetuar a distribuição pelos centros de custos usando os critério de repartição.

Pese embora a descrição das limitações da contabilidade analítica que constam do anexo às Demonstrações Financeiras, constata-se que as funções sociais são das que mais gastos incorporam, absorvendo 5.986.132,44 €, a que correspondem 30% dos gastos totais apurados no ano 2025.

CONTA PL. ANALÍTICA	IDENTIFICAÇÃO DA CONTA DO PLANO DA GERAL	SALDO
91	GASTOS FUNÇÕES GERAIS	9 032 774,18 €
91.1	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7 665 331,84 €
91.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	624 061,06 €
91.3	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	743 381,28 €
91.3.1	EDUCAÇÃO - DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS LEI 50/2018	732 883,24 €
91.3.2	AÇÃO SOCIAL - DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS LEI 50/2018	10 498,04 €
92	GASTOS FUNÇÕES SOCIAIS	5 986 132,44 €
92.1	EDUCAÇÃO	1 388 808,58 €
92.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	776 953,87 €
92.1.1.01	ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO	546 028,53 €
92.1.1.01.01	ESCOLAS	117 391,61 €
92.1.1.02.01	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA PRE-ESCOLA	225 743,73 €
92.1.1.02.02	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DO I CICLO	202 893,19 €
92.1.1.03	ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	230 925,34 €
92.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	601 326,42 €
92.1.2.02	TRANSPORTES ESCOLARES	311 345,90 €
92.1.2.03	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	82 435,12 €
92.1.2.04	APOIO A ALUNOS	207 545,40 €
92.1.3	ENSINO SUPERIOR	10 528,29 €
92.1.3.1	UNIVERSIDADE SENIOR	710,48 €
92.1.3.2	APOIOS A ALUNOS UNIVERSITARIOS	9 817,81 €
92.2	SAÚDE	30 434,10 €
92.3	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	378 376,71 €

Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.

Contabilidade de Gestão



CONTA PL. ANALÍTICA	IDENTIFICAÇÃO DA CONTA DO PLANO DA GERAL	SALDO
92.4	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	2 862 766,84 €
92.4.1	HABITAÇÃO	80 609,13 €
92.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	25 885,85 €
92.4.3	SANEAMENTO	483 291,80 €
92.4.4	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1 218 317,67 €
92.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	684 905,50 €
92.4.6	PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	369 756,89 €
92.5	SERVIÇOS CULTURAIS RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1 325 746,21 €
92.5.1	CULTURA	306 916,20 €
92.5.2	DESPORTO, RECREIO E LAZER	876 370,02 €
92.5.3	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	142 459,99 €
93	GASTOS FUNÇÕES ECONÓMICAS	3 660 699,57 €
93.1	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	265 581,16 €
93.1.1	CAMINHOS AGRÍCOLAS	65 946,42 €
93.1.2	BARRAGENS PARA REGADIO	11 382,30 €
93.1.4	APOIOS A AGRICUL., PECUARIA, SILV., CAÇA E PESCA	188 252,44 €
93.2	INDÚSTRIA E ENERGIA	1 015 313,38 €
93.2.1	INDÚSTRIA	620 355,38 €
93.2.3	ENERGIA	394 958,00 €
93.3	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1 547 679,47 €
93.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1 409 755,27 €
93.3.2	TRANSPORTES AÉREOS	89 385,34 €
93.3.3	TRANSPORTES FLUVIAIS	48 538,86 €
93.4	COMÉRCIO E TURISMO	832 125,56 €
93.4.1	MERCADOS E FEIRAS	328 523,79 €
93.4.2	TURISMO	503 601,77 €
94	OUTRAS FUNÇÕES	1 420 513,80 €
94.1	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	1 323,48 €
94.2	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	878 062,50 €
94.2.1	TRANSFERÊNCIAS PARA FREGUESIAS	700 857,92 €
94.2.2	TRANSFERÊNCIAS PARA DIVERSAS ENTIDADES	138 043,38 €
94.2.3	TRANSFERÊNCIAS PARA MUNICÍPIOS	39 161,20 €
94.3	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	541 127,82 €
97	CUSTOS DAS FUNÇÕES	22 719,39 €
97.1	FUNÇÕES GERAIS	241,08 €
97.2	FUNÇÕES SOCIAIS	21 255,32 €
97.3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 222,99 €
TOTAL :		20 122 839,38 €

Handwritten mark or signature in the top left corner.